



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOBIODIVERSIDADE E TECNOLOGIAS
SUSTENTÁVEIS (MASTS)**

RENATO FARIAS DE PAIVA

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO MACIÇO DE
BATURITÉ**

Redenção – CE

2018

RENATO FARIAS DE PAIVA

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO MACIÇO DE
BATURITÉ**

Dissertação submetida à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis.

Área de concentração: Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis.

Linha de pesquisa: Sociobiodiversidade e Sustentabilidade

Orientadora: Profa. Dra. Aiala Vieira Amorim

Co-orientador: Prof. Dr. Antônio Marcelo Cavalcanti Novaes

Redenção – CE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Paiva, Renato Farias de.

D21a

Avaliação da Política Pública de Aquisição de Alimentos Oriundos da Agricultura Familiar no Território do Maciço de Baturité / Renato Farias de Paiva. - Redenção, 2018.
69f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado em Sociobiodiversidade E Tecnologias Sustentáveis, Mestrado Acadêmico Em Sociobiodiversidade E Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Aiala Vieira Amorim.
Coorientador: Antonio Marcelo Cavalcanti Novaes.

1. Agricultura familiar. 2. Território. 3. Maciço de Baturité. 4. Programa de Aquisição de Alimentos. 5. Políticas públicas. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 338.10981

RENATO FARIAS DE PAIVA

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ORIUNDOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO MACIÇO DE BATURITÉ**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis.

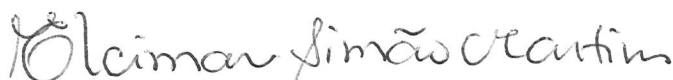
Aprovada em: 03/07/2018

BANCA EXAMINADORA



AIALA VIEIRA AMORIM

Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB
Presidente



ELCIMAR SIMÃO MARTINS

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB
Examinador Interno ao Programa



ANTONIO MARCELO CAVALCANTI NOVAES

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB
Examinador Externo ao Programa - COORIENTADOR

Dedico esse trabalho ao meu pai, Antonio Alves de Paiva (In Memoriam): o agricultor e relojoeiro que não teve tempo em vida para ver seu primogênito obter o título de mestre. Que falta me faz seus conselhos e seu ombro amigo. Esteja onde estiver honrarei seu nome.

Aos meus filhos, Miguel e Gabriel, que, sem dúvidas, são os maiores presentes que a vida me deu. São eles que me dão força para enfrentar toda e qualquer dificuldade nessa vida.

“É na educação dos filhos que se revelam as virtudes dos pais.” (Coelho Neto)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, criador do céu e da terra. Foi Ele quem iluminou meu caminho e toda a minha trajetória. Todos que estiveram envolvidos nesse trabalho, estiveram porque Ele quis assim.

Agradeço à professora Dra. Aiala Vieira Amorim, a pessoa do coração maior do mundo, pela dedicação e pela paciência que certamente precisou para me orientar nessa dissertação, o que tornou possível a conclusão desse trabalho.

Ao professor Dr. Antônio Marcelo Cavalcanti Novaes pelo incentivo e grande ajuda com o fornecimento de parte do material para a realização desta pesquisa. Apesar dos poucos encontros guardo cada palavra e o tenho com muita estima.

Ao Lucas, Pedro Bruno, Evair, Isabel e Anderson que não mediram esforços para me ajudar na execução dessa pesquisa.

Ao Leno Pinheiro, a pessoa que mais me incentivou a enfrentar o processo de seleção de mestrado e ajudou na elaboração do projeto.

Agradeço a minha mãe, Dona Zélia, por sua capacidade de acreditar em mim e por nunca ter medido esforços para que eu chegasse a essa etapa da minha vida. Por ser o sustentáculo que apoia nosso lar e nos fornecer educação na dosagem certa para que nada seja capaz de abalar a união da família.

A todos os que fazem parte do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) pelo apoio e atenção.

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha linda esposa, Alana Mara, pessoa com quem amo partilhar a vida. Agradeço por sua paciência, dedicação e zelo. Reconheço sua compreensão e capacidade de me trazer paz na correria do dia a dia. Agradeço por me entender nos momentos mais inquietos, onde tento conciliar trabalho, família e estudos.

RESUMO

Historicamente, a atividade econômica com maior oferta de postos de trabalho no território do Maciço de Baturité tem sido a agricultura familiar. No entanto, devido às difíceis situações impostas pela falta de oportunidades na agricultura, a juventude cada vez mais troca o campo pela cidade. Dessa forma, o surgimento de políticas públicas que favoreçam as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares pode reduzir o êxodo rural que atinge, principalmente, a população jovem do semiárido nordestino. Nesse contexto, foi implantado pelo governo, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Esse programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares residentes em área rural. Devido à escassez de informações sobre o uso das verbas voltadas à compra de alimentos oriundos de produtores locais e levando em consideração que esta ação implantada pelo governo é de grande relevância para o fortalecimento da agricultura familiar e para a consequente redução do êxodo rural, objetivou-se com este trabalho, investigar essa política de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar no território do Maciço de Baturité-CE e verificar os impactos desse tipo de programa na vida das famílias beneficiadas. Para isso, foi selecionado um município de cada umas das três sub-regiões do Maciço de Baturité que tiveram um maior número absoluto de agricultores beneficiados no referido programa. Como base para esses números foi usado o PAA DATA, sistema do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS). Seguindo esse critério foram selecionados os municípios de Mulungu, Capistrano e Barreira. A presente pesquisa é classificada como exploratória e para avaliar os agricultores e agentes públicos, foi realizada uma série de entrevistas semiestruturada conforme os critérios da metodologia da entrevista compreensiva. Constatou-se por meio das entrevistas que alguns produtos oriundos da agricultura familiar não podem ser adquiridos pelo programa. No que diz respeito as dificuldades encontradas na execução do programa, vale enfatizar, principalmente, a falta/escassez de assistência técnica encontrada na maioria dos municípios pesquisados. Conclui-se com a presente pesquisa que o Programa de Aquisição de Alimentos é fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar, sendo este fato demonstrado tanto pelos agentes públicos, como pelos agricultores. Entretanto, muitos problemas ainda impedem que este programa expresse todo o seu potencial, problemas estes que vão desde questões de logística e armazenamento até dificuldades assistenciais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Território, Maciço de Baturité, Programa de Aquisição de Alimentos, Políticas Públicas.

ABSTRACT

Historically, the economic activity with the greatest number of jobs in the territory of the Maciço de Baturité-CE has been family farming. However, due to the difficult situations imposed by the lack of opportunities in agriculture, the youth increasingly exchange the countryside for the city. Thus, the emergence of public policies that favor the activities developed by family farmers can reduce the rural exodus that mainly affects the young population of the northeastern semi-arid region. In this context, the government implemented the Food Acquisition Program (PAA). This program is intended for the acquisition of agricultural products produced by family farmers residing in rural areas. Due to the scarcity of information on the use of funds for the purchase of food from local producers and taking into account that this action implemented by the government is of great relevance for the strengthening of family agriculture and for the consequent reduction of rural exodus, the aim of this work is to understand this policy of acquiring food from family farms in the territory of the Maciço de Baturité-CE and to verify the impact of this type of program on the lives of the beneficiary families. To that end, a municipality was selected from each of the three subregions of the Massif de Baturité, which had the highest absolute number of farmers benefited in said program. The PAA DATA, a system of the Ministry of Social and Agrarian Development (MDS), was used as the basis for these figures. Following this criterion, the municipalities of Mulungu, Capistrano and Barreira were selected. The present research is classified as exploratory and to evaluate farmers and public agents, a series of semi-structured interviews were conducted according to the criteria of the comprehensive interview methodology. It was verified through the interviews that some products from the family agriculture can not be acquired by the program. Regarding the difficulties encountered in the implementation of the program, it is worth emphasizing, mainly, the lack / shortage of technical assistance found in most of the cities surveyed. It is concluded with the present research that the Program of Acquisition of Food is fundamental for the strengthening of the family agriculture, being this fact demonstrated both by the public agents, as by the farmers. However, many problems still prevent this program from expressing its full potential, ranging from logistical and storage issues to assistance difficulties.

Key words: Family Agriculture, Territory, Maciço de Baturité, Food Acquisition Program, Public Policies.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	13
2.1 Objetivo Geral	13
2.2 Objetivo Específico	13
3. REVISÃO DE LITERATURA	14
3.1 Agricultura familiar	14
3.2 Território	16
3.2.1 Perspectiva Geográfica (Espacial)	16
3.2.2 Perspectiva política administrativa	17
3.3 Aspectos Gerais das políticas públicas de aquisição de alimentos	19
3.4 Critérios de avaliação de políticas públicas	22
4. METODOLOGIA	23
4.1 Tipo de pesquisa	23
4.2 Tipos de dados	24
4.3 Delimitação da área estudada e do período de análise	25
4.4 Aspectos gerais sobre o sistema de banco de dados utilizado na pesquisa - PAA Data	27
4.6 População e tipo de amostra	28
4.7 Coleta dos dados e instrumento metodológico	29
4.8 Organização e análise dos dados	30
4.9 Aspectos éticos e riscos	30
5. RESULTADOS	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
7. REFERÊNCIAS	52
ANEXO 1	60
ANEXO 2	62
ANEXO 3	64
ANEXO 4	65
ANEXO 5	66

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas são ações e programas criados e executados pelo governo para garantir direitos constitucionais ou direitos previstos em outras leis. São medidas executadas pelos governos visando a garantia do bem estar do povo. Além desses direitos, outros que não estejam na lei podem vir a ser garantidos através de uma política pública. Isso pode acontecer com direitos que, com o passar do tempo, sejam identificados como uma necessidade da sociedade.

Dentre todas as políticas públicas, uma das mais importantes é relacionada a segurança alimentar. A alimentação constitui um direito fundamental à garantia da sobrevivência e manutenção da saúde e dignidade das populações, conforme previsto no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, [...] ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. (ONU, 1948, p. 6).

O Programa de Aquisição de Alimentos é uma política pública, criada no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), com uma finalidade básica: incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (BRASIL, 2003).

Para que aconteça a inserção de produtos advindos da agricultura familiar no mercado, Sacheto (2006) relata que se faz necessário haver condições institucionais favoráveis para os produtores. Nesse contexto, a modalidade Compra com Doação Simultânea promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar, além do desenvolvimento da economia local.

A Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, afirma que é dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade (BRASIL, 2006). Dessa forma, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de segurança alimentar e da rede pública e filantrópica de ensino.

O território Rural Maciço de Baturité possui uma área de 3.709 km² sendo, por sua vez, composto por treze municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano,

Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. Esses municípios são organizados em três sub-regiões homogêneas: Serrana: Aratuba, Mulungu, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia; dos Vales/Sertão: Aracape, Redenção, Baturité, Aracoiaba, Capistrano e Itapiúna e de transição (Sertão / Litoral): Barreira e Ocara (BRASIL, 2010).

Historicamente, a atividade econômica com maior oferta de postos de trabalho na região tem sido a agricultura familiar. Encontra-se notadamente na horticultura da área serrana, devido ao relevo acidentado e à estrutura fundiária fragmentada e a exploração de grãos, caju e cana-de-açúcar nas regiões dos vales/sertão e de transição. No entanto, hoje, um significativo percentual da população (55%) que sobrevive da exploração de atividades rurais, não é capaz de prover renda suficiente para a sua subsistência (CEARÁ, 2002).

A falta de incentivos sociais e econômicos encontrados pelo pequeno agricultor (TENÓRIO, 2011), associados, ao baixo nível tecnológico e a fragilizada organização comercial dos produtores, reduz a competitividade da região promovendo posteriormente, um processo de migração da população para a periferia dos núcleos urbanos. Desta forma, a utilização de tecnologias apropriadas ao ambiente local, identificação de nichos de mercado, inclusive na região metropolitana e a obtenção de escala de comercialização estão entre os principais desafios do setor primário no território (CEARÁ, 2002).

Devido às dificuldades impostas pela falta de oportunidades, a juventude cada vez mais troca o campo pela cidade (SILVA et al, 2006). Segundo os mesmos autores, no Brasil, a dificuldade de adoção de políticas públicas voltadas à área rural, ao fortalecimento da agricultura familiar, e a falta de incentivo/atrativo à permanência de homens/mulheres sejam jovens, adultos, crianças e idosos no campo, vem contribuindo para que a população urbana cresça a cada ano em um ritmo acelerado. Abramovay et al. (1998), enfatiza que, atualmente o êxodo rural atinge a população jovem com mais ênfase do que em momentos anteriores.

Por ser filho e neto de agricultores, passei um bom tempo envolvido na lida com os processos de produção de frutas, legumes e outros meios que a agricultura pode fornecer. Esse fato me credencia a relatar um pouco da luta dos pequenos produtores, ainda mais daqueles que produzem apenas para a subsistência que, por muito tempo, foi o nosso caso.

Com esse trabalho objetiva-se investigar como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua importância para a Agricultura Familiar no Território rural do Maciço de Baturité. Bem como compreender como foi implementada essa política, identificar as principais dificuldades enfrentadas por quem executa o programa, conhecer de perto a realidade

dos agricultores fornecedores e verificar a representatividade das agricultoras fornecedoras frente ao universo de fornecedores cadastrados nesse programa, no estado do Ceará.

Para nortear o objeto de investigação foi feita uma pesquisa dos dados no Sistema PAA-Data¹, mantido pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Nesse levantamento de dados pode-se constatar quais municípios tiveram, ao longo do período disponível no sistema, mais agricultores beneficiários cadastrados. Com base nesses dados foi possível selecionar três municípios, um de cada sub-região, pertencentes ao Maciço que seriam visitados e investigados.

Após essa seleção foram elaborados dois questionários que foram aplicados aos agricultores fornecedores e aos agentes públicos responsáveis pela execução do programa em cada município investigado.

Através desse trabalho foi possível identificar vários aspectos positivos relacionados à implementação das políticas públicas relacionadas à alimentação, principalmente nas regiões mais carentes e afastadas dos grandes centros.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos atores envolvidos na execução desse programa, foi possível constatar que o PAA foi um dos grandes acertos do poder público quando se fala em políticas de combate a fome.

¹ O PAA DATA é um Sistema Integrado de Informações-SII, que objetiva dar suporte ao monitoramento, à gestão e ao planejamento do Programa cuja elaboração atendeu a Resolução nº 42 do Grupo Gestor do PAA, de 12 de janeiro de 2011. Pode ser acessado através do link: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/>

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Investigar como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua importância para a Agricultura Familiar no Território rural do Maciço de Baturité.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender como foi implementada a política de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar no território do Maciço de Baturité,

- Identificar as principais dificuldades para a execução dessa política de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar no território do Maciço de Baturité,

- Conhecer de perto a realidade daqueles que produzem e fornecem os produtos e descrever, sob o ponto de vista dos agricultores fornecedores, os impactos dessa política no território no Maciço de Baturité,

- Verificar a representatividade de agricultoras entre o número de beneficiários fornecedores cearenses que produzem e fornecem para o Programa de Aquisição de Alimentos por intermédio da CONAB.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Nessa parte do trabalho serão discutidos os conceitos de agricultura familiar e território sob a perspectiva geográfica e a perspectiva político-administrativa, além de trazer os aspectos gerais das políticas públicas e os seus critérios de avaliação.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A partir da década de 1950 com a emergência de reivindicações por terra e direitos sociais em áreas e regiões que não haviam sido colonizadas por imigrantes europeus, como o Nordeste rural o Estado viu-se compelido a criar o Estatuto da Terra, que legitimou a formação agrária do Brasil mediante a classificação e segmentação dos estabelecimentos agropecuários em quatro categorias fundamentais, que eram: o latifúndio, as empresas rurais, as propriedades familiares e os minifúndios (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

De acordo com os mesmos autores, a categoria social agricultura familiar é um fato recente no Brasil, sendo que, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar era quase inexistente no país, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar e identificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. Por definição, a agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão de obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens (FAO, 2013).

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada. Inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio que logram gerar renda superior, várias vezes, a que define a linha da pobreza (BUAINAIN, 2006). Nessa perspectiva de diversificação, dentro da categoria social agrícola familiar, existem divisões relacionadas à situação econômica e social dos produtores. Sendo alguns grupos reconhecidos como camponeses e outros como agricultores familiares. Fernandes (2001), afirma que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês.

Essa divergência está relacionada à afirmação de Alves (1997), quando o mesmo relata que a agricultura tradicional (ou camponesa) pressupõe o emprego de uma tecnologia que utiliza terra e mão de obra, ou seja, sem emprego de insumos modernos, propiciando apenas a venda do excedente não consumido pela família. Já a agricultura familiar, segundo o mesmo

autor, está integrada aos mercados externos, à propriedade: de produtos, insumos, capital e financeira, e obviamente, procura tirar proveito dos incentivos e vantagens fiscais que o governo oferece.

De acordo com Wanderley (2004), no Brasil em meados da década de 70, a perspectiva de modernização da agricultura e de urbanização do meio rural, no qual os atores sociais polarizavam as relações fundamentais entre capital e trabalho, segundo um modelo equivalente às relações industriais estava no centro das discussões. Os olhares convergiam, em grande parte, para a constituição, no setor agrícola, de uma estrutura empresarial e para a emergência de um proletariado gerado por um mercado de trabalho específico ou unificado. Quanto ao campesinato, a muitos ele parecia excluído desse futuro e se anunciava a sua “decomposição” ou os processos da sua subordinação às novas formas de capital no campo.

Em complemento com o que foi descrito, a mesma autora revela que de fato, existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). As posições a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar as modificações.

O campesinato por sua vez, se constitui historicamente como uma civilização cujas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são de tal forma entrelaçadas que mudanças introduzidas em uma delas afetam, como num jogo de cartas, o conjunto do tecido social (MENDRAS, 1982). Para Mendras, o campesinato não está reduzido aos tipos de integração de mercado. No entanto, conforme Wanderley (2004), este aspecto não exclui o campesinato da sociedade, pelo contrário, as sociedades camponesas se definem por manterem com a “sociedade englobante” laços de integração, sendo dentre estes, os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade.

De acordo com Wanderley (2004), campesinato tradicional é considerado por uns numa perspectiva evolutiva. Isto é, sua presença significativa numa sociedade corresponderia a um período pretérito historicamente ultrapassado pelas condições modernas do mercado e da

sociedade. As análises que são elaboradas sob tal perspectiva dão ênfase aos processos de ruptura e contrapõem as categorias de camponês (tradicional) e de agricultor (moderno). Apesar desta ruptura Lamarche, (1993), afirma que, os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir.

3.2 TERRITÓRIO

3.2.1 Perspectiva Geográfica (Espacial)

Como têm apontado alguns trabalhos historiográficos, à margem ou associada à grande exploração agropecuária, sempre existiu uma grande diversidade de formas sociais e de trabalho. Nessa perspectiva, os fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob a designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril (MOTTA; ZARTH, 2008). Vale ressaltar que, na grande maioria das vezes, os termos designados ao agricultor, relacionavam-se diretamente ao território de estudo, sendo esta designação um fator sócio-territorial.

Deste modo, o conceito de território pode ser considerado como interdisciplinar, devido ao fato de apresentar significados abrangentes que possuem uma determinada variabilidade dependendo do contexto que está sendo estudado. Através de análises bibliográficas, acaba se percebendo que cada área do conhecimento apresenta uma definição. Em consonância com o que foi descrito, Sequet (2013), afirma que, o território é um conceito complexo, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida.

De certa forma, pode-se afirmar que o conceito de território existiu desde muito antes do século XIV e adquiriu mais significado desde então (GOTTMANN, 2012), e por possuir diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças (SAQUET; SILVA 2008). Vale enfatizar que, atualmente, essa definição está passando por uma modificação substancial que deve expressar alterações mais profundas que vêm ocorrendo nas questões da política (GOTTMANN, 2012).

Do ponto de vista geográfico, território é uma porção do espaço que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo, consistindo é claro, de componentes materiais

ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza, devendo ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão. Estes materiais por sua vez, foram delimitados pela ação humana e são utilizados por um certo número de pessoas em detrimento de razões específicas que vão de acordo com algum objetivo (GOTTMANN, 2012).

Nos tempos mais recentes, os territórios transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo (RAFFESTIN, 2009). Gottmann (2012) ratifica esta afirmação ao relatar que a definição e o conceito em si de território, obviamente, estiveram se alternando no espaço e no tempo, com as ferramentas tecnológicas à disposição da sociedade organizada (GOTTMANN, 2012). Nesta perspectiva de alternância, para construir um território, o indivíduo projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando às condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade (RAFFESTIN, 2009).

Através da necessidade da comunidade ou até mesmo de uma sociedade, o território apresenta diferentes funções. De acordo com Gottmann (2012), tradicionalmente, o território é utilizado tanto como abrigo quanto como recurso, sendo desejado para prover segurança física contra invasão ou controle estrangeiro, e como uma plataforma para a oportunidade econômica de desenvolver recursos em seu interior e em possíveis redes externas.

3.2.2 Perspectiva política administrativa

Se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais (SAQUET; SILVA, 2008). Vale ressaltar que, estas relações sociais estão cada vez mais ligadas ao campo das políticas públicas, que por sua vez, compreendem um tipo de política social que busca melhorias para a população (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005).

Politicamente falando, o território é manifestado pela combinação entre espaço (geográfico) e sociedade que organizados, buscam um ideal particular, sendo através desta combinação entre espaço e sociedade que é encontrada a política territorial. Essa combinação baseia-se nos valores e desejos da população implicados em um determinado território, sendo

de fato, um importante aspecto para estabilidade e identidade de qualquer sistema político (SANGUIN, 1977). Em complemento ao que foi descrito, o mesmo autor revela que, na organização político-territorial, o sistema político é um quadro de interação que contribui para resolver problemas comuns e atingir fins públicos.

Para tratar-se dos novos desafios na abordagem territorial parte-se do pressuposto de que conceitos centrais como “território”, “região”, “usos do território” e “políticas territoriais” podem estar relacionados tanto a sentidos amplos que envolvam noções centrais como estrutura territorial e ordenamento territorial e a sentidos mais restritos como políticas de desenvolvimento regional / local em cenários multiescalares. Neste contexto, políticas territoriais são consideradas como o campo das ações emanadas dos poderes centrais, regionais e locais sobre os diversos territórios (RÜCKERT, 2010).

Em complemento, Sanchez (1992 apud RÜCKERT, 2010) afirma que, a política territorial se configura pelo conjunto de enfoques estratégicos, a médio e longo prazo, assim como pelas correspondentes formulações de atuação, dirigidas a intervir sobre o território, a fim de que se assumam as formas que sejam adequadas ao conjunto dos interesses que controlam o poder político.

A configuração territorial é produto e produtora de novas configurações. Ela define uma série de possibilidades de investimentos e, portanto, condiciona a direção dos processos de concentração e desconcentração da economia. Mas a materialização desses processos se dá no bojo da articulação entre as estratégias concorrenciais das grandes empresas e a ação do Estado nos três níveis de governo, além, é obvio, dos processos sociais oriundos da sociedade civil (BRASIL, 2006).

Neste sentido, Saquet e Silva (2008) afirmam que o território se repete como conceito subjacente e aparece como palco onde o capitalismo internacional prolifera enquanto o Estado empobrece, perdendo sua capacidade para criar serviços sociais. Nesse mesmo palco, ocorre uma apropriação da mais-valia, desvalorização dos recursos controlados pelo Estado e supervalorização dos recursos destinados às grandes empresas, principalmente nos países periféricos.

Parece ser uma tendência natural o ser-humano render-se ao capitalismo. Nesse sentido é que a luta pela garantia dos direitos básicos se mostra cada vez mais importante. Somente com um Estado forte é que podemos garantir qualidade de vida para todos através da implementação e manutenção das políticas públicas.

3.3 ASPECTOS GERAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais está relacionada à venda do produto, já que grande parte dos produtores entrega a sua produção aos intermediários a preços muito abaixo do que poderiam receber se assumissem outras etapas no processo de comercialização. Isso faz com que a comercialização da produção agrícola familiar gere frustração e desestímulo para os pequenos agricultores, pois ao estarem envolvidos com o processo de produção não possuem conhecimento do mercado e ficam em posição desvantajosa no momento de negociar sua mercadoria (FUSCALDI, 2010).

Historicamente, as políticas voltadas para agricultura brasileira priorizaram sempre os grandes empreendimentos e se preocupavam apenas com as quantidades produzidas. Por este motivo, a comercialização de produtos agrícolas tem sido uma dificuldade encontrada por muitos produtores rurais, principalmente os pequenos.

Para combater esse problema, vários programas foram criados. Um dos mais conhecidos e que tem atuação em todo o território brasileiro é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, criado em 31 de março de 1955, sob o Decreto 37.106, foi instituída a Campanha de Merenda Escolar (CME).

Outro programa importantíssimo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído por meio da Resolução 2.141, de 24 de agosto de 1995, “destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família”.

Porém, o foco deste trabalho é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Criado pela Lei 10.696, de 2/07/2003, é um programa destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais. (BRASIL, 2003).

O PAA conta com a participação dos entes da federação, estados, Distrito Federal e municípios como parceiros executores. Como instrumento de ampliação do público beneficiário, o Programa estimula ainda, o atendimento de famílias extremamente pobres por meio da busca ativa, incentivando, principalmente os municípios, a conhecer suas famílias em situação de maior pobreza estimulando a sua inserção no Cadastro Único para Programas

Sociais – CadÚnico. Essa participação é impulsionada tanto pela inclusão de agricultores cadastrados quanto de consumidores dos alimentos (BRASIL, 2014).

Vale ressaltar ainda a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que representa um marco na política agrícola brasileira, já que o estado passou a participar do processo de comercialização da pequena produção familiar, garantindo a aquisição dos produtos a preços justos. Dessa forma, os pequenos produtores se sentem seguros e incentivados a produzir (FUSLCALDI, 2010).

Visando atender a finalidades como: o incentivo a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda, incentivo do consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, dentre outros, o PAA encontra-se estruturado em modalidades, sendo estas: compra com doação simultânea, incentivo à produção e ao consumo de leite, compra direta, apoio à formação de estoques e compra institucional (BRASIL, 2014).

Em 24 de julho de 2006, foi criada a Lei 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais que trata da Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

Foi através da Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, que foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do SISAN, “por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada” (BRASIL, 2006).

Segundo orientações do Decreto ° 7.775/12, Capítulo V, art. 27 e art. 28, a gestão e a execução do PAA devem ser conduzidas pelas Unidades Gestoras² e Unidades Executoras³. São Unidades Gestoras do PAA o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2014). Vale ressaltar que,

² São Unidades Gestoras do PAA o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

³ As Unidades Executoras podem ser órgãos ou entidades da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e consórcio públicos que celebrarem Termo de Adesão ou convênios com essas Unidades Executoras, além da CONAB, que por ter celebrado Termo de Cooperação com o MDS e com o MDA, é uma Unidade Executora do PAA no nível federal.

no período 2003-2010, o MDS foi responsável por mais de 89% dos recursos utilizados no programa. Essa predominância dos recursos oriundos do MDS se deve ao maior número de modalidades do programa executadas por esse ministério (HESPANHOL, 2013).

A criação do PAA em 2003 resultou de uma confluência entre dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. Primeiramente, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, debate que se intensifica a partir do final da década de 1980, tem impulso e retração nos anos 1990 e encontra maior espaço no governo Lula a partir de 2003 (GRISA et al, 2009).

Em segundo, contribui para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganhado maior expressão com a criação do Pronaf em 1996, mas que, até então, ficara à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura (1960/1970) e, de modo mais longínquo, as consequências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil. Partindo de uma concepção Inter setorial da segurança alimentar e nutricional, o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar (GRISA et al, 2009).

A principal finalidade do programa é apoiar os agricultores familiares, por meio da aquisição de alimentos de sua produção, com dispensa de licitação. No entanto, essa aquisição está condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do governo federal. Os alimentos são adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas e são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais (FUSCALDI, 2010).

Em complemento com o que foi descrito, Hespanhol (2013) enfatiza que o Programa funciona de maneira a adquirir alimentos produzidos pelos agricultores familiares a preços baseados na cotação do mercado regional e fornecê-los às entidades da rede socioassistencial.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos pelos agricultores familiares. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012).

Embora tenha sido criado como um programa prioritário de governo, no bojo das ações estruturantes do Programa Fome Zero⁴, o PAA não adquiriu status de programa orçamentário na linguagem do Plano Plurianual de Governo (2004-2007), mantendo-se, até o momento, como uma singular “ação” orçamentária, dentre as dezenas existentes sob a rubrica “abastecimento alimentar” (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005).

Para participar do programa, os produtores rurais devem apresentar a declaração de aptidão do PRONAF (DAP) e, preferencialmente, estarem organizados em cooperativas, associações ou grupos de interesse informais com, no mínimo, cinco agricultores. A CONAB tem a função de credenciar as entidades beneficiadas com o PAA e os polos de compras, sejam cooperativas ou associações de produtores rurais. Cabe também à CONAB repassar aos polos de compra o padrão de qualidade dos alimentos entregues pelos agricultores e que é estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (HESPANHOL, 2013).

3.4 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A área de políticas públicas no Brasil se caracteriza por uma baixa capacidade de acumulação de conhecimento, em função da proliferação horizontal de estudos de caso e da ausência de pesquisa (ARRETCHE, 2003). Souza (2003) diz que esse é o primeiro problema a ser superado pela área. A solução, felizmente, tem avançado com a criação de fóruns específicos sobre políticas públicas em espaços acadêmicos, e com o advento da informatização de periódicos nacionais e internacionais. Esses fóruns e instrumentos permitem-nos conhecer melhor e mais rapidamente a produção de nossos pares, embora não exista um periódico específico que abrigue exclusivamente a produção da área.

Além da baixa capacidade de acumulação de conhecimento Melo (1999), destaca que os métodos de investigação têm recebido escassa atenção no debate dessa área de pesquisa. Nas palavras de Souza (2003) a área ainda apresenta um uso excessivo de narrativas pouco pautadas por modelos ou tipologias de políticas públicas, por teorias próximas do objeto de análise e que mantêm uma leveza metodológica exagerada

⁴ Fome Zero foi um programa criado em 2003, pelo do governo federal brasileiro, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva para combater a fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social e para garantir a segurança alimentar dos brasileiros em três frentes: um conjunto de políticas públicas; a construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e um grande mutirão contra a fome, envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e todos os ministérios.

Quando se fala em pesquisa avaliativa, pretende-se designar o esforço sistematizado, orientado pelo método científico e de caráter público, de julgar o mérito de uma política, segundo os critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Portanto, uma boa avaliação necessariamente implica em emitir um juízo de valor, a partir de informações suficientes e adequadas sobre o conteúdo, o desenvolvimento e/ou os resultados de um programa. Tal julgamento deve, além disso, se pautar em princípios éticos, políticos, teóricos e ideológicos nos quais se fundamenta o avaliador, não se constituindo, por conseguinte, em um ato neutro nem imune às relações de poder (LIMA, 2011).

A eficiência é definida como o grau de otimização dos recursos investidos, expresso pela relação custo-benefício, enquanto a eficácia é entendida como o grau de cumprimento das metas (eficácia objetiva) e de adequação entre meios e fins (eficácia funcional). Já a efetividade se refere ao grau em que a política ou programa produziram mudanças significativas e duradouras nas condições de vida do seu público-alvo (impactos) ou efeitos mais amplos sobre uma comunidade, região e sobre as instituições (efetividade social e efetividade institucional) (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).

4. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi feita, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, sendo utilizadas algumas bases de dados como; sites oficiais de alguns ministérios do governo brasileiro, Google Acadêmico, SCIELO, CAPES, periódicos, livros, teses e dissertações.

4.1 TIPO DE PESQUISA

Quanto a classificação, essa pesquisa é do tipo qualitativa-quantitativa. A pesquisa qualitativa é entendida, por alguns autores, como uma “expressão genérica”. Isso significa, por um lado, que ela compreende atividades ou investigação que podem ser denominadas específicas. Segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências. A pesquisa quantitativa, por sua vez, caracteriza-se pelo emprego da

quantificação, possuindo como diferencial, a intenção de garantir a precisão dos trabalhos realizados, conduzindo-os a um resultado com poucas chances de distorções (RICHARDSON,1989)

Do ponto de vista dos objetivos é uma pesquisa exploratória. Segundo Sellitz et al. (1965), enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Nem sempre há a necessidade de formulação de hipóteses nesses estudos. Eles possibilitam aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criar novas hipóteses e realizar novas pesquisas mais estruturadas. Nesta situação, o planejamento da pesquisa necessita ser flexível o bastante para permitir a análise dos vários aspectos relacionados com o fenômeno.

De forma semelhante, Gil (2008) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Segundo Malhotra (2001), a pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão.

Para Aaker, Kumar e Day (2004), a pesquisa exploratória costuma envolver uma abordagem qualitativa, tal como o uso de grupos de discussão; geralmente, caracteriza-se pela ausência de hipóteses, ou hipóteses pouco definidas. Segundo Mattar (2001), os métodos utilizados pela pesquisa exploratória são amplos e versáteis. Para Zikmund (2000), os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias.

4.2 TIPOS DE DADOS

Os dados coletados foram predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, fotografias, desenhos, documentos, etc. Todos os dados da realidade são importantes. A preocupação com o processo é muito maior que com o produto. O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. Assim, a pesquisa qualitativa ou naturalista, segundo Bogdan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a

situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

O método utilizado para coleta dos dados primários foi o levantamento ou Survey, referido por FONSECA (2002) “como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa”. Através do estudo desses dados coletados foi possível ter informações sobre o PAA nos três municípios selecionados do Maciço de Baturité.

A classificação quanto à escolha do objeto de estudo se encaixa mais próximo do Estudo por amostragem - Amostragens probabilísticas - Amostragem por conglomerado (ou agrupamento).

4.3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA E DO PERÍODO DE ANÁLISE

Antes de determinar os locais de estudo, foi realizada uma pesquisa no sistema PAA DATA com o intuito de identificar a situação de cada município do Maciço de Baturité em relação ao número de agricultores beneficiados pelo Programa durante todo o período de divulgação da ferramenta, o qual compreende os anos de 2011 a 2015. Dessa análise prévia foi possível construir a tabela disponível no Quadro a seguir.

Quadro 01 - Número de Agricultores Fornecedores de 2011 a 2015

PAA Data - Por Sub-região

	Sub-regiões												
	1					2					3		
	Aratuba	Guaramiranga	Mulungu	Pacoti	Palmácia	Acarape	Aracoiaba	Baturité	Capistrano	Itapiúna	Redenção	Barreira	Ocara
Execução Estadual (convênio)	7		36	32	19	3			317	177		110	40
Execução Estadual (termo de adesão)	9		36	6	9	17	21		250	174		182	46
Execução Municipal (convênio)								133			52		
Execução Municipal (termo de adesão)					2			50	2				
Execução PAA Leite (convênio)	15				2			1					
Execução PAA Leite (termo de adesão)													
Execução Conab - R\$ MDS							53		29	36	39		
Execução Conab - R\$ MDA													24
Totais	31	0	72	38	32	20	74	184	598	387	91	292	110

Sub-regiões:

1 - Sub-região Serrana

2 - Sub-região dos Vales/Sertão

3 - Sub-região de transição (Sertão/Litoral)

Fonte: PAAData

Com esses dados em mãos, tornou-se possível verificar os municípios que mais tiveram agricultores beneficiados ao longo deste período. Como o Maciço é dividido em 3 sub-regiões, foi selecionado 1 município por região, aquele que teve maior número absoluto de agricultores beneficiados. Com base nesses critérios foram selecionados Mulungu, na sub-região Serrana, com 72 agricultores; Capistrano na sub-região dos Vales/Sertão, com 598 agricultores e Barreira, na sub-região de transição (Serra/Litoral), com 292 agricultores.

A seguir será apresentada uma breve caracterização dos municípios envolvidos diretamente na pesquisa. Barreira possui uma extensão territorial de aproximadamente 245,805 km² e uma população estimada em 20.835 habitantes apresentando uma densidade demográfica de 79,63 hab/km² (IBGE, 2017). A economia do município é representada basicamente pelo setor de serviços, sendo este, responsável por 82,28 % do PIB territorial. O setor primário, por sua vez, é responsável por apenas 12,04 % do PIB local (IPECE, 2016).

O município de Capistrano possui uma extensão territorial de aproximadamente 222,549 km² e uma população estimada em 17.621 habitantes apresentando uma densidade demográfica de 76,67 hab/km² (IBGE, 2017). A economia do município é representada basicamente pelo

setor de serviços, sendo este, responsável por 78,32 % do PIB territorial. O setor primário, por sua vez, é responsável por apenas 17,99 % do PIB local (IPECE, 2016).

O município de Mulungu possui uma extensão territorial de aproximadamente 134,568 km² e uma população estimada em 12.682 habitantes apresentando uma densidade demográfica de 85,35 hab/km² (IBGE, 2017). A economia do município é representada basicamente pelo setor de serviços, sendo este, responsável por 77,22 % do PIB do território. O setor primário, por sua vez, é responsável por apenas 19,83 % do PIB territorial (IPECE, 2016).

4.4 ASPECTOS GERAIS SOBRE O SISTEMA DE BANCO DE DADOS UTILIZADO NA PESQUISA - PAA DATA

A gestão do PAA no âmbito federal é feita por um Grupo Gestor, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A elaboração do PAA DATA atendeu a Resolução nº 42 do Grupo Gestor do PAA, de 12 de janeiro de 2011.

O PAA DATA é um Sistema Integrado de Informações (SII), que foi desenvolvido com o objetivo de dar suporte ao monitoramento, à gestão e ao planejamento. Além de apresentar ao público informações sobre o PAA considerando todos os executores do programa. Esses executores são: 1. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); 2. Estados e; 3. Municípios.

O sistema PAA DATA permite, ainda, consultar dados desagregados por estados e municípios, apresentando informações sobre agricultores fornecedores, tipo de produtos, recursos, entidades beneficiadas, volume de produtos comercializados, entre outras.

O PAA é estruturado em modalidades visando atender os objetivos do programa, sendo estas:

Compra com doação simultânea: compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

Incentivo à produção e ao consumo de leite: compra de leite que, após processamento, é doado aos beneficiários consumidores com o objetivo de atender às demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Esta modalidade é executada somente nos estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais;

Compra direta: compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços, atender às demandas de programas de acesso à alimentação, às necessidades das redes sócio assistenciais e para constituir estoques públicos;

Apoio à formação de estoques: apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público ou destinação aos estoques públicos;

Compra institucional: aquisição voltada para o atendimento às demandas de consumo de alimentos por parte da união, estados, distrito federal e municípios, com recursos financeiros próprios. Por esta modalidade poderão ser abastecidos hospitais públicos, quartéis, presídios e restaurantes universitários, dentre outros.

Dentre as modalidades citadas apenas **a compra com doação simultânea** é executada nos municípios do maciço de Baturité selecionados na presente pesquisa. Dessa forma, os dados coletados serão de acordo com esta modalidade.

4.6 POPULAÇÃO E TIPO DE AMOSTRA

O universo dessa pesquisa foi formado por **agricultores fornecedores**, beneficiados pelo PAA no ano de 2017 com base nos dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SDA) e **agentes públicos**. A pesquisa de campo levou em consideração **a saturação das informações obtidas nas entrevistas**. Para avaliar os agricultores e agentes públicos, foi realizada uma entrevista semiestruturada conforme os critérios de inclusão e exclusão.

Os critérios de inclusão para agricultores foi: indivíduos participantes do PAA na modalidade compra com doação simultânea e que residam nos municípios de Barreira, Capistrano e Mulungu; de ambos os sexos; maiores de 18 anos.

Os critérios de inclusão para os agentes públicos foi: maiores de 18 anos; Indivíduos responsáveis pela execução do programa nos municípios de Barreira, Capistrano e Mulungu; de ambos os sexos.

Os critérios de exclusão para agricultores foi: menores de 18 anos; os indivíduos que não participem diretamente o PAA na modalidade compra com doação simultânea.

Os critérios de exclusão dos agentes públicos foi: menores de 18 anos; os indivíduos que não estejam responsáveis pela execução do PAA nos municípios de Barreira, Capistrano e Mulungu.

Entre os 68 agricultores cadastrados em Barreira no ano de 2017, realizou-se a entrevista com 18. No que diz respeito ao município de Capistrano, no universo de 64 cadastrados, 9 responderam à entrevista e em Mulungu, dos 26 agricultores cadastrados, 11 foram entrevistados. Vale-se destacar que o número amostral entre os municípios foi escolhido com base na repetição de respostas semelhantes.

Segundo Gil (2008) o universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente, fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar. Todavia, em termos estatísticos, pode-se entender como amostra o conjunto de alunos matriculados numa escola, os operários filiados a um sindicato, os Agentes que só negociam produtos orgânicos. Integrantes de um rebanho de determinada localidade, o total de indústrias de uma cidade, ou a produção de televisores de uma fábrica em determinado período.

4.7 COLETA DOS DADOS E INSTRUMENTO METODOLÓGICO

Cada entrevistado foi convidado a participar da pesquisa, sendo explicada a proposta em estudo. Ao aceitarem, assinaram o termo de consentimento livre esclarecido (Anexo 1 e 2), sendo informados que teriam a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e não participar do estudo, sem que isto lhe trouxesse nenhuma penalidade ou prejuízo. Os agricultores foram entrevistados, individualmente, no município avaliado. Os agentes públicos, foram entrevistados individualmente, em seus devidos locais de trabalho. Em média ambas as entrevistas tiveram duração de 15 minutos para cada entrevistado.

Foram elaborados 2 formulários para coleta de dados através de entrevista direta: um formulário para um agente político, responsável pela execução do programa nos municípios selecionados; outro formulário para os agricultores cadastrados e beneficiados pelo programa.

Prodanov e Freitas (2013) definem que o questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. Kauark, Manhães e Medeiros (2010) complementam afirmando que a linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta para que o interrogado compreenda com clareza o que está sendo perguntado. Não é recomendado o uso de gírias, a não ser que se faça necessário por conta de características de linguagem de grupo”.

Nesse caso, foi empregada a técnica de entrevista direta com questionário administrado, ou seja, ao controle do entrevistador, sendo que os dados foram obtidos de acordo com as afirmações e declarações do entrevistado. Os questionários (Anexo 3 e 4) foram administrados com perguntas abertas destinadas aos envolvidos no programa, dentro da área selecionada.

4.8 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram coletados através de entrevistas diretas pessoais, com o objetivo de obter o maior número de informações possíveis do entrevistado, posteriormente os dados foram tabulados através da tabela de contingência que segundo Reis e Reis (2001) são tabelas em que as frequências correspondem a duas classificações, uma classificação está nas linhas da tabela e a outra está nas colunas.

Para analisar os dados foram utilizadas as frequências absoluta e relativa que são importantes para obter um melhor entendimento das informações repassadas pelos entrevistados. Segundo Correa (2003) as frequências absolutas são os valores que realmente representam o número de dados de cada classe. A soma das frequências simples ou absoluta é igual ao número total dos dados, as frequências relativas (dada em porcentagem) são os valores das razões entre as frequências simples e o número total de dados.

4.9 ASPECTOS ÉTICOS E RISCOS

O Projeto foi submetido e aprovado, conforme parecer em anexo 6, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Para atender a Resolução 466/12 (BRASIL, 2012) que trata sobre pesquisa com seres humanos, nos quais são resguardados os princípios da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado; os participantes da pesquisa foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e sobre o método de coleta de dados. Os mesmos foram informados por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE (Anexos 1 e 2), sobre os objetivos, riscos e benefícios, bem como a participação voluntária, não remunerada, a preservação da identidade da fonte de informação e sobre a recusa e/ou desistência inócuas.

Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados (BRASIL, 2012). Nesse sentido, vale ressaltar que os possíveis riscos da pesquisa seriam a exposição de informações e/ou constrangimentos durante os questionamentos. Os pesquisadores se comprometeram a minimizar tais riscos respeitando os preceitos éticos da resolução 466/12.

Os agentes foram informados que, se caso esta pesquisa trouxesse qualquer risco ou prejuízo a sua saúde e bem-estar não previsto, as atividades poderiam ser imediatamente interrompidas. Os possíveis riscos e ou constrangimentos que poderiam surgir durante a participação dos entrevistados, seriam minimizados, em virtude dos participantes terem sido alertados que sua participação não iria acarretar em sua identificação, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que em nenhum momento sua identidade seria divulgada. Vale ressaltar que se o participante se sentisse constrangido ele teria a liberdade de omitir suas informações.

5. RESULTADOS

5.1 Aspectos gerais da participação das mulheres no PAA no Ceará

Antes da coleta de dados em cada município foi realizado um levantamento em uma base de dados no sistema SIGPAA, sendo estes referentes ao período de 2012 a 2016. Nesta plataforma foram reunidas informações referentes ao número de participantes/fornecedores, número de mulheres participantes/fornecedoras e o valor total de recursos destinado ao PAA na modalidade compra da agricultura familiar com doação simultânea em cada ano de avaliação. Objetivou-se com este levantamento realizar um comparativo entre o número de agricultores e agricultoras participantes/fornecedores (as) no estado do Ceará.

De forma geral, observa-se na tabela 01 que o valor repassado para o Programa de Aquisição de Alimentos sofreu uma redução entre os anos de 2012 a 2014, sendo constatada uma retomada de crescimento nos repasses, a partir de 2015. Em complemento a este aspecto, nota-se um aumento de 40,16% no valor dos repasses entre o primeiro e o último ano registrado.

Tabela 01 - Valores repassados ao Programa de Aquisição de Alimentos e número de participantes beneficiados entre os anos de 2012 a 2016 no estado do Ceará.

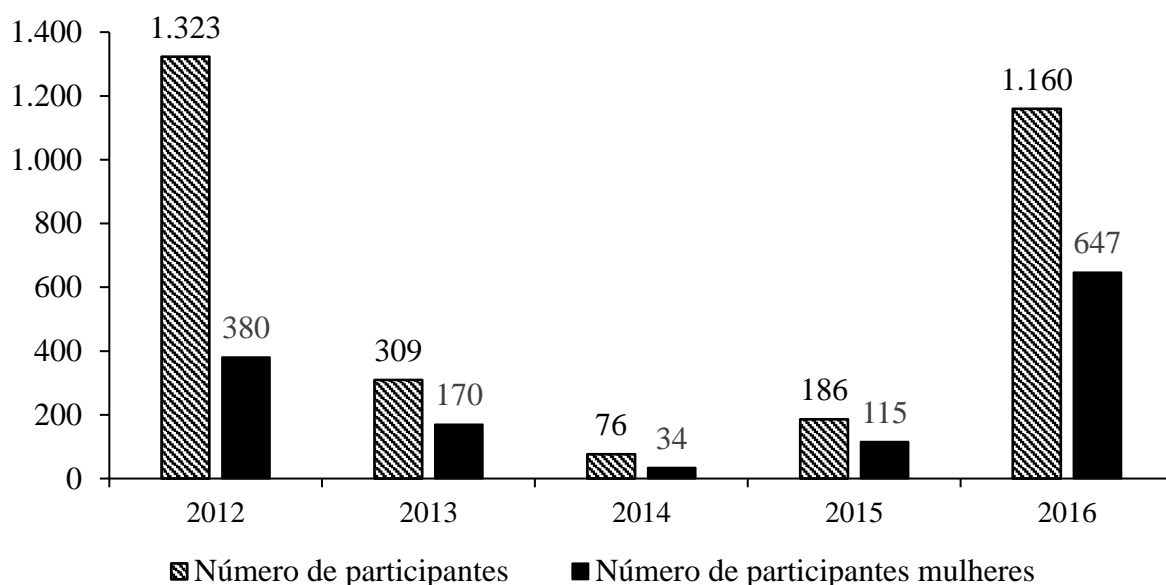
Ano	Valor repassado	Número de participantes	Número de participantes mulheres
2012	5.183.597,10	1.323	380
2013	1.294.516,80	309	170
2014	346.441,40	76	34
2015	1.466.737,65	186	115
2016	8.663.736,86	1.160	647

Fonte: CONAB

No que diz respeito ao número de participantes, de forma semelhante ao que foi citado anteriormente, nota-se uma redução do número de beneficiados, entre os anos de 2012 a 2014, sendo observada uma retomada no aumento do número de participantes, a partir de 2015. Percebe-se, entretanto, que apesar da retomada no aumento do número de participantes, o valor contabilizado no último ano de coleta (1.160 no ano de 2016) é 12,32% inferior aos valores contabilizados em 2012. Observa-se ainda que apenas nos anos de 2012 e 2014, o número de mulheres foi inferior a 50% do número total de participantes para os respectivos anos.

Comparando os dados entre o número total de fornecedores e o número de fornecedoras, constata-se, no gráfico 01 que, os anos de 2015 e 2016 foram os que apresentaram maior número de mulheres beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos em relação ao número total de beneficiados, com 115 participantes, o que representa 61,8% do total e 647 que representa 55,8 do total de participantes para os respectivos anos.

Gráfico 01 - Comparação entre o número total de fornecedores/participantes e número de mulheres fornecedoras/participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado do Ceará, entre os anos de 2012 a 2016.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas

Este aumento progressivo do número de mulheres beneficiadas demonstra o cumprimento parcial dos objetivos propostos pelo PAA, ressaltando sua responsabilidade social. Considerando as desigualdades no acesso de mulheres e, em especial, das suas organizações produtivas ao Programa de Aquisição de Alimentos, o grupo gestor do PAA criou a Resolução GGPA n° 44, no ano de 2011 (BRASIL, 2011).

Nela é possível verificar o que a participação de mulheres deverá ser considerada como critério de priorização na seleção e execução de propostas, em todas as modalidades e por todos os operadores do Programa, desde que cumpram as demais exigências da referida modalidade do Programa.

Também é assegurado através dessa resolução que nas operações realizadas na modalidade de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea será exigida a

participação de, pelo menos, quarenta por cento de mulheres, do total de produtores fornecedores, respeitados os demais critérios para a participação no Programa.

Siliprandi e Cintrão (2011), ao estudarem as mulheres agricultores no Programa de Aquisição de Alimentos, observaram de forma semelhante ao do presente trabalho, que a participação das mulheres no referido programa é bastante significativa, entretanto, concluíram que essa participação se dá muitas vezes de forma “anônima”, uma vez que o percentual de mulheres formalmente registradas como fornecedoras está bastante aquém do percentual de força de trabalho feminina empregada na produção fornecida.

De acordo com as mesmas autoras, essa participação “anônima” ocorre devido ao fato de que a documentação relacionada à inscrição no programa, na maioria das vezes, é atribuída ao marido, que de forma geral é considerado “o representante da família”.

5.2 Percepção geral dos agentes públicos acerca do PAA

Observou-se com a execução das entrevistas que os agentes políticos dos municípios de Barreira, Capistrano e Mulungu participantes desta pesquisa, apresentaram respostas semelhantes no que diz respeito a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores de cada região, sendo esta, relacionada, principalmente, ao fato de que o PAA constitui a maior parte da renda da grande maioria das famílias beneficiadas.

Nota-se, entretanto, que apesar de toda assistência prestada pelo PAA, os agricultores ainda não atingem seu máximo potencial de atuação. De acordo com Guilhoto et al. (2006), agronegócio familiar apresenta algumas limitações que impedem que esses resultados sejam ainda melhores. São eles: a insuficiência de terras, as dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico, a fragilidade da assistência técnica e a subutilização da mão-de-obra.

De forma geral, pôde-se perceber que entre os municípios pesquisados, Capistrano e Mulungu foram os primeiros que aderiram à esta política pública, especificamente entre os anos de 2009 e 2010. Por outro lado, o município de Barreira foi o último a aderir ao programa, fato que ocorreu em 2014. O PAA surgiu em meados de 2003, trazendo à tona debates relacionados, principalmente, a segurança alimentar e ao reconhecimento da agricultura familiar (GRISA et al., 2009). Este dado demonstra, desta forma, a tardia adesão dos municípios ao programa, podendo isto estar relacionado, a pouca divulgação do programa nos referidos territórios (CORDEIRO et al., 2007).

Em relação ao cumprimento dos objetivos propostos pelo PAA, em todos os municípios estudados, identificou-se que o programa atinge parcialmente os objetivos. O agente político

responsável pelo município de Mulungu, por exemplo, demonstrou ser o PAA, uma das melhores políticas públicas do governo, tendo em vista o crescente fortalecimento da agricultura familiar local. Entretanto, os agentes políticos de Barreira e Capistrano, apesar de afirmarem que o programa está cumprindo com seus objetivos, ressaltaram que muito ainda deve ser feito pelos agricultores, demonstrando faltar ainda, assistência técnica aos produtores das respectivas regiões.

Apesar da resposta positiva apontada por todos os agentes políticos no presente questionamento, observa-se que a atividade agropecuária tem apresentado declínio na participação do PIB dos municípios (IPECE, 2017), o que está atrelado principalmente, a migração das populações camponesas para os centros urbanos, devido ao período de estiagem enfrentado, que vem prejudicando acintosamente a atividade agrícola (SILVA, 2015).

Apesar da migração observada nos últimos anos da zona rural para a urbana, no que tange a opinião dos agentes entrevistados sobre o impacto do PAA no combate ao êxodo rural, todos afirmaram categoricamente que, o Programa de Aquisição de Alimentos é um dos grandes aliados na manutenção dos agricultores no campo, apresentando impacto positivo no que diz respeito a elevação da produção agrícola de cada região e mantendo, em alguns casos, o homem no campo.

No que diz respeito a adesão das famílias de agricultores ao programa, os agentes afirmaram que existiram famílias que realizaram o cadastramento, no entanto não receberam os recursos. No município de Barreira, por exemplo, a falta de produtos, foi o principal entrave destas famílias. Em Mulungu, o maior problema em relação a este aspecto foi relacionado a divergência em relação as informações passadas pelos produtores no momento do cadastro. Em Capistrano, o problema, de acordo com o agente público foi relacionado a insuficiência dos recursos passados pelo governo.

Em relação aos produtos que poderiam ser produzidos em cada município, o agente público de Mulungu afirmou que deveriam ser realizados investimentos, principalmente, na produção de hortaliças, tendo em vista o clima mais ameno em que o município está localizado, o qual favorece o desenvolvimento desses tipos de vegetais. Em Barreira e Capistrano, por sua vez, observou-se que deveriam ser realizados investimentos em fruticultura, principalmente pelo clima favorável a este tipo de cultivo na região. De forma semelhante a presente pesquisa, Becker e Anjos (2010), ao avaliarem os limites e possibilidades do PAA no Rio Grande do Sul, constataram que as hortaliças e frutas também foram os produtos mais fornecidos pelas famílias cadastradas no PAA.

Quando perguntado sobre os produtos que não podem ser adquiridos pelo programa, a resposta de todos os agentes políticos foi relacionada as polpas de fruta, que segundo eles, não podem ser adquiridas pelo fato de se fazer necessário um selo de inspeção sanitária. Além da polpa, segundo o agente público de Mulungu, produtos de origem animal também não podem ser adquiridos, pelo mesmo motivo descrito anteriormente.

Em relação as maiores dificuldades enfrentadas pelo programa, os agentes públicos de Capistrano e Mulungu afirmaram que, a maior limitação do programa está relacionada a janela de execução, que segundo eles, deveria ser no período de safra. O agente responsável pelo município de Barreira, por sua vez, apontou que as maiores dificuldades do programa estão relacionadas a burocracia encontrada no sistema (SIGPAA) e a prestação de contas.

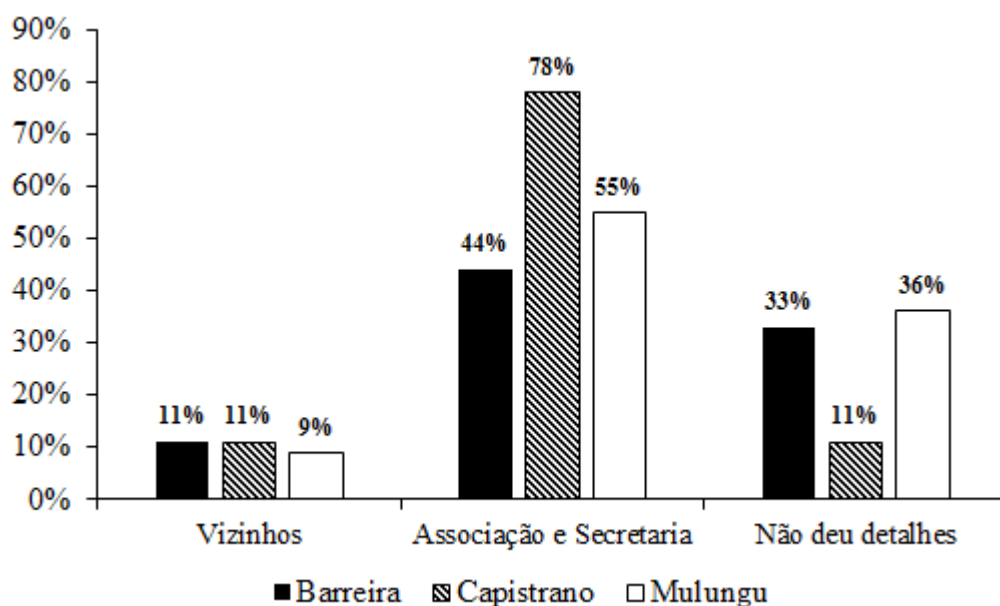
Para o quesito melhorias, as respostas foram divergentes entre os agentes. O agente de Barreira apontou que uma das melhorias que poderiam ser realizadas seria a da redução da burocracia, tendo em vista a facilitação das operações de cadastramento e prestação de contas, por exemplo. O agente de Capistrano, por sua vez, declarou que melhorias relacionadas a infraestrutura poderiam ser realizadas, tendo em vista a conservação dos produtos adquiridos. Por fim, o agente de Mulungu, afirmou que uma maior quantidade de verba poderia ser repassada para o programa, tendo em vista o atendimento de mais agricultores.

Em relação a diferença entre o convênio e o termo de adesão, os agentes de todos os municípios, afirmaram que, o convênio é ligado ao MDS e o termo de adesão a SDA. Em complemento a estas informações, ao serem perguntados sobre acesso a sistemas de gerenciamento do PAA, os agentes apontaram que possuem acesso ao sistema da SDA, MDS e da SEFAZ. No sistema da SDA e MDS, realiza-se o cadastramento dos agricultores no programa e no sistema da SEFAZ, realiza-se a emissão de NF's.

5.3 Percepção geral dos agricultores acerca do PAA

No que diz respeito se os produtores conheciam o programa e como tinha conhecido, 100% afirmaram que conheciam. No município de Barreira, 11% relataram ter conhecido o programa através dos vizinhos, 44% atribuíram o conhecimento às reuniões de associação e secretaria de agricultura e o restante não deu detalhes sobre onde havia conhecido o programa (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Percentual das respostas dos agricultores a pergunta de como eles tomaram conhecimento do PAA.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas

No município de Capistrano, 11% relataram ter conhecido o programa através dos vizinhos, 78% atribuíram às reuniões de associação e secretaria de agricultura e 11% não deram detalhes sobre onde haviam conhecido o programa. Em Mulungu, 9% atribuíram aos vizinhos, 55% às reuniões de associação ou secretaria de agricultura e 36% não deram maiores detalhes.

A ampla divulgação da existência dos programas sociais de forma simples e objetiva pode resultar num envolvimento abrangente possibilitando o engajamento de toda a sociedade na busca de um bem comum que é a superação da miséria. Não por acaso um dos Princípios da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (art. 4º, V) prevê a “divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para a sua concessão” (BRASIL, 1993)

Por outro lado, a Constituição Federal, em seu art. 194 determina que: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

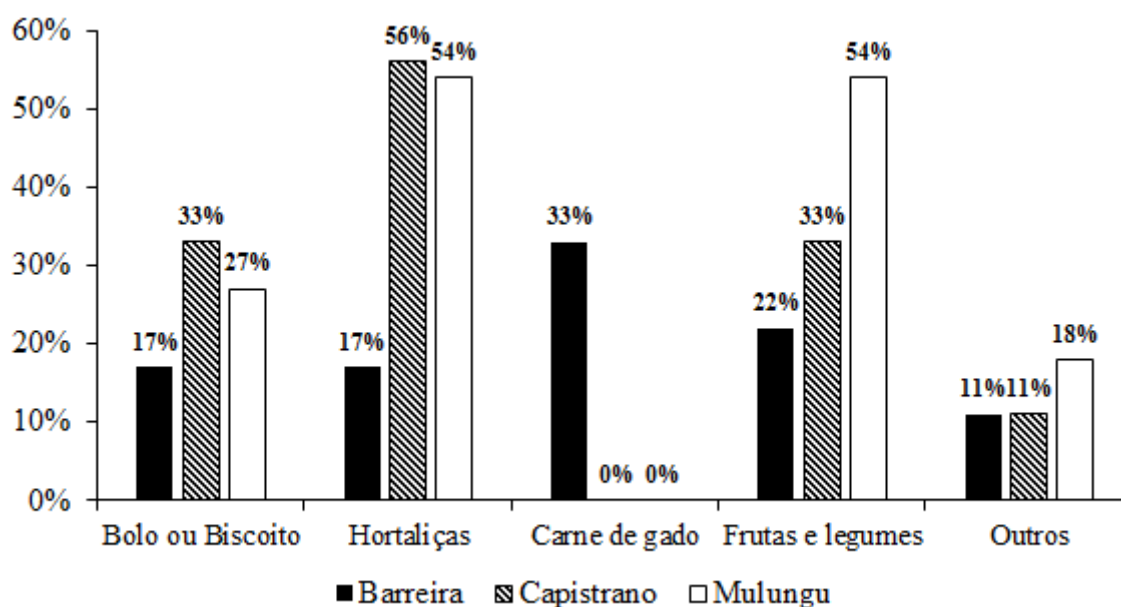
Percebe-se desta forma a importância das associações de produtores rurais no processo de divulgação de informações relevantes aos agricultores. Ressalta-se que esse tipo de organização é de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura familiar. Esquerdo e Bergamasco (2015) ao analisarem o acesso aos programas de políticas públicas da

agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas, em São Paulo, perceberam que apesar da existência de associações nos municípios pesquisados, ainda há uma baixa participação dos agricultores o que acaba refletindo em uma baixa participação dos mesmos nas políticas públicas vigentes.

Outra questão se referia ao produto ofertado e fornecido pelo agricultor entrevistado. Para fins de organização em gráfico e para facilitar a leitura dos resultados obtidos, alguns produtos foram agrupados (Gráfico 03). **Bolos e biscoitos** formaram um grupo; cheiro-verde, alface, pimentão, batata e macaxeira foram agrupados em **Hortaliças**; **Carne de gado**; Tomate, banana, feijão estão compondo o grupo das **Frutas e legumes**; doces, salgados, farinha e goma, como a representatividade foi baixa, foram incluídos no grupo **Outros**.

Ainda sobre os produtos fornecidos pela agricultura familiar, houve uma diversificação de gêneros. Dentre os itens citados pelos agricultores tem-se: farinha, goma, carne de gado, bolo, batata, macaxeira, biscoito de castanha e de goma, cheiro-verde, peixe, doce de mamão e leite, banana, batata doce, feijão e abóbora.

Gráfico 03 – Percentual das respostas dos agricultores a pergunta sobre quais produtos eles fornecem ao PAA.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas

No que diz respeito à variação de produtos observada, percebe-se que o PAA tem sido responsável por restaurar a policultura (GRISA, et al., 2010). De acordo com os mesmos autores, em muitas regiões do Brasil, a "modernização da agricultura" nas décadas de 1960-

1970 conduziu os agricultores a ingressarem na especialização produtiva, na monocultura e na produção de *commodities*⁵, não raro, destinadas ao mercado externo, o que, por sua vez, expôs estes agricultores a contextos de acentuada vulnerabilidade social. Neste sentido, o PAA vem destacando-se por incitar a diversificação da produção na medida em que conecta a oferta a uma demanda diversificada.

Segundo Ellis (2000), a diversificação da produção agrícola e das fontes de renda reduz o efeito de uma quebra de rendimento de um cultivo na medida em que dilui o impacto em outras possíveis rendas, diminui a inconstância de rendas e o efeito da sazonalidade e, ainda, o impacto dos riscos climáticos, financeiros e outras tensões.

No município de Barreira, o destaque foi a representatividade dos fornecedores de carne de gado, 33% dos entrevistados afirmaram fornecer esse item, que não aparece em nenhum outro município pesquisado (Gráfico 03). Por conta de exigências do programa, os animais devem ser abatidos em locais devidamente registrados e fiscalizados.

Possivelmente, a carne de gado não se apresenta como um produto comercial nos outros dois municípios devido suas condições edafoclimáticas, que dificultam a criação de animais. Mulungu, por exemplo, apresenta relevo declivoso em grande parte do seu território e Capistrano, possivelmente, por se localizar em uma área de transição entre mata atlântica e semiárido, apresenta solos pedregosos, o que dificulta a formação de pastagens. Além destas questões produtivas, os aspectos sanitários a carência de serviços de inspeção sanitária acaba limitando a comercialização de produtos de origem animal (GRISA et al. 2010).

Nesse levantamento é importante ressaltar que algumas somas de porcentagens podem passar dos 100%. Isso se deve ao fato de que alguns produtores fornecerem mais de um produto e esse produto ser classificado em mais de um agrupamento dos que selecionamos em nossa pesquisa. Situação semelhante foi observada por Becker e Anjos (2010), que ao estudarem os limites e possibilidades do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho, constataram que alguns produtores forneciam mais de um produto, podendo-se concluir que de modo geral, as unidades produtivas possuíam uma considerável diversificação das suas atividades e tipos de cultivos.

Ainda relacionado ao gráfico anterior, no município de Capistrano o grupo de item que mais foi citado foi de Hortaliças, representando 56% dos produtores entrevistados. Já em

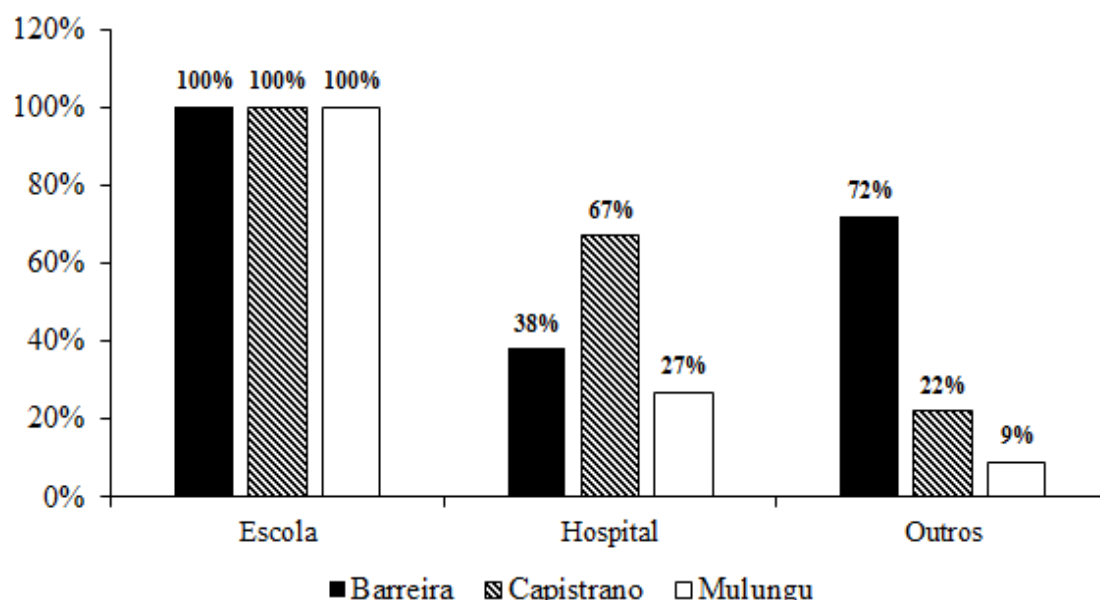
⁵ Commodities são produtos que funcionam como matéria-prima, produzidos em escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade, como petróleo, suco de laranja congelado, boi gordo, café, soja e ouro. Commodity vem do inglês e originalmente tem significado de mercadoria. Seu preço é determinado pelo mercado mundial como uma consequência da oferta e demanda, e não pela empresa que a produz, uma vez que sua “marca” não importa tanto.

Mulungu os entrevistados cujos produtos se enquadraram nos grupos **Hortalças e Frutas e Legumes** representam 54%, cada.

De acordo com Faulin e Azevedo (2003), a produção de hortaliças, tanto comercial como para a subsistência, possui um papel importante para a atividade agrícola familiar, contribuindo para o seu fortalecimento e garantindo sua sustentabilidade, principalmente por se tratar de um tipo de cultivo que necessita de uma extensão de terra muito pequena, em relação a outras produções agrícolas, para que seja economicamente viável, além de exigir pouco conhecimento técnico e um baixo nível de investimento para se iniciar na atividade.

Questionados se conheciam as entidades (Unidades Receptoras) beneficiadas com seus produtos, 100% dos entrevistados foram categóricos em afirmar que sim e citaram as escolas (Gráfico 04). Ademais, alguns complementaram que além de escola, os produtos eram fornecidos para os hospitais. Também houve entrevistado que citou outras entidades, como: CRAS, Associação, Casa de Recuperação, Delegacia e Sindicato, agrupados no nome outros. Observa-se, desta forma que o PAA está contribuindo substancialmente para a melhoria no aspecto nutricional das pessoas beneficiadas, conforme Agapto et al. (2012).

Gráfico 04 – Percentual das respostas dos agricultores a pergunta sobre as entidades beneficiadas com os produtos fornecidos por eles



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas

Importante destacar que algumas instituições foram lembradas exclusivamente nos Municípios de forma espontânea, por exemplo: Mulungu foi o único município em que os

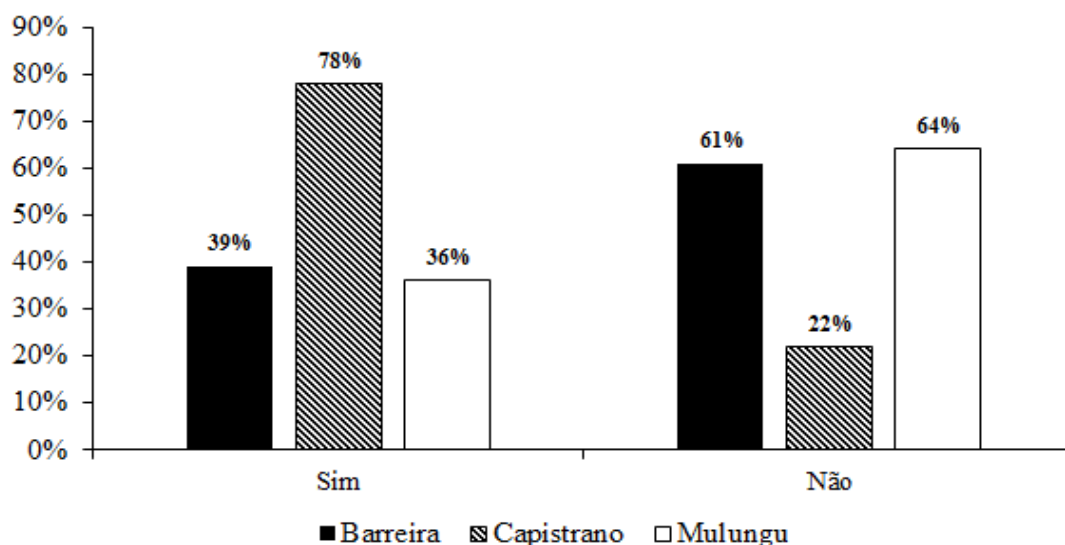
entrevistados citaram o CRAS. Por outro lado, em Capistrano foi citado Sindicato e em Barreira foi citada Associação e Casa de Recuperação. Essas respostas exclusivas foram incluídas no grupo “Outros”.

A Resolução nº 59, de 10 de julho de 2013 define que os alimentos adquiridos no âmbito da modalidade Compra com Doação Simultânea poderão ser destinados para: I - o consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional; II - o abastecimento da rede socioassistencial; III - o abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição; IV - o abastecimento da rede pública e filantrópica de ensino; e V - outras demandas a serem definidas pelo Grupo Gestor do PAA (BRASIL, 2013)

Em uma breve análise, com base no que foi declarado pelos beneficiários fornecedores, é possível afirmar que os alimentos adquiridos pelo PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea, nas localidades pesquisadas do Maciço de Baturité, estão tendo sua destinação correta. Dessa forma, atendendo ao que foi definido na Resolução supracitada.

No que diz respeito a pergunta sobre a existência de assistência técnica para a produção do alimento fornecido, 78% dos produtores de Capistrano afirmaram que recebiam algum tipo de assistência. Por outro lado, os municípios de Barreira e Mulungu apresentaram resultados quase inversos ao de Capistrano. Barreira com 39% e Mulungu com 36% de respostas afirmativas mostram que o poder público ainda não atingiu, apesar de todo o esforço, todos os agricultores produtores que fornecem produtos nessa modalidade do PAA (Gráfico 05).

Gráfico 05 – Percentual das respostas dos agricultores a pergunta sobre assistência técnica recebida.

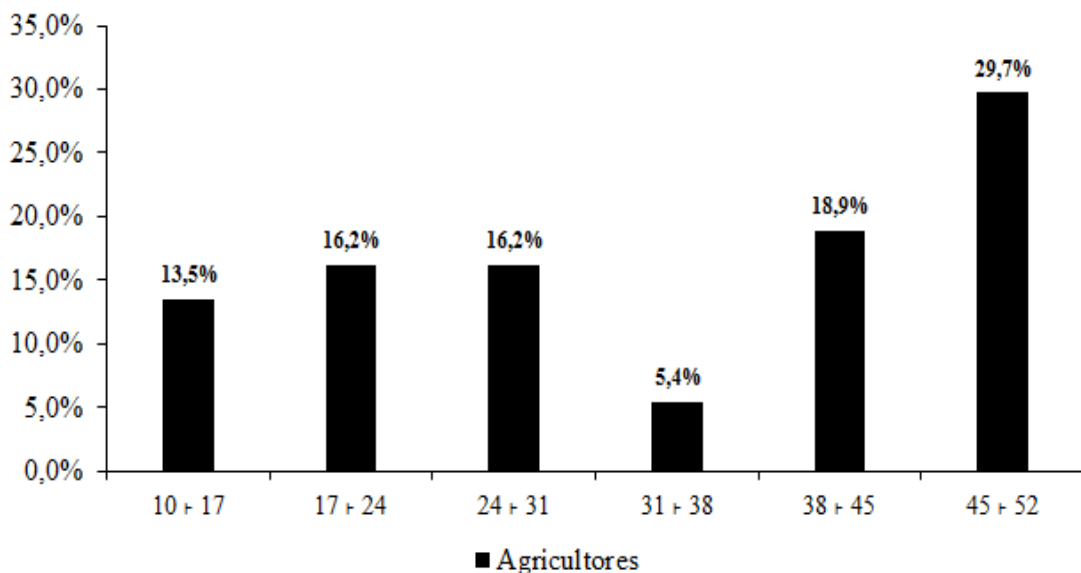


Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas

O que foi observado em Barreira e Mulungu corrobora com Botelho et al. (2007), que afirma que a falta de assistência técnica é um fator limitante ao desenvolvimento do PAA. Além deste fator, em pesquisa realizada nos municípios do circuito das frutas, em São Paulo muitos agentes públicos ligados aos serviços de assistência técnica e extensão rural desconheciam o PAA, o que acaba afetando diretamente o desenvolvimento do programa (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015). Em complemento a esta questão, Mattei (2007) afirma ainda, que se faz necessário, uma melhor articulação entre as políticas de apoio à produção e as políticas de apoio à comercialização.

Indagados se o programa seria a única fonte de renda de sua família e sobre o percentual que esse recurso representava sobre o total de sua renda, as respostas variaram entre 10 e 50%. Como foram obtidas várias respostas, a fim de facilitar a leitura e construção do gráfico foi utilizada a Fórmula de Sturges ($k = 1 + 3,322(\log_{10} n)$) para definir a quantidade e o tamanho das classes de frequência que agruparam os percentuais usados (Gráfico 06).

Gráfico 06 – Percentual das respostas dos agricultores a pergunta sobre a representatividade do PAA na renda familiar



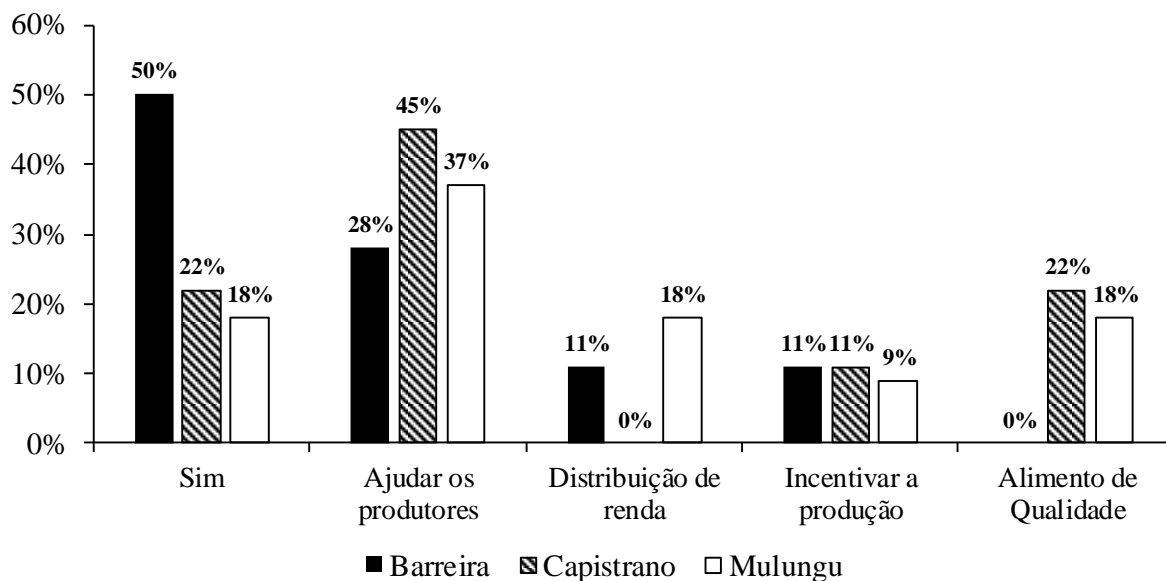
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas

Com base nos dados gerais temos uma informação mínima de 10% e máxima de 50%, o que nos dá uma amplitude de dados igual a 40. A amostra total foi de 37 entrevistados. Usando essa fórmula definimos que os dados seriam divididos em 7 Classes com amplitude de classe

também igual a 7. Chama a atenção o percentual de agricultores os quais declararam que os recursos obtidos através desse programa representavam aproximadamente 50% de sua renda. Quase um terço do total pesquisado (30%) afirmou que cerca da metade de todo recurso que entrava em sua casa é oriundo dessa política pública.

Perguntados sobre os objetivos do programa, todos eles disseram conhecer. Em Barreira 50% dos entrevistados responderam que conheciam o programa (Gráfico 07). Em Capistrano e Mulungu, por sua vez, a resposta mais representativa foi a de que o objetivo do PAA é ajudar os produtores, sendo esta, proferida por 45% e 37% dos agricultores de Capistrano e Mulungu, respectivamente. Em pesquisa no Rio Grande do Norte, Martins e Cavalcanti (2007) observam que 42% dos beneficiários passaram a produzir novos produtos, buscando a diversificação. Este fato demonstra a importância do PAA que através da distribuição de recursos, ajuda fortemente os produtores rurais a se desenvolverem.

Gráfico 07 – Percentual das respostas dos agricultores a pergunta que trata sobre o conhecimento deles acerca dos principais objetivos do PAA



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas

No que diz respeito a contribuição de programas como o PAA para a permanência de agricultores no meio rural, 61% dos entrevistados no município de Barreira afirmaram apenas que o PAA contribui para a permanência no campo, não havendo complemento nas respostas (Tabela 2). Em complemento a esta questão, 22% dos entrevistados também responderam

positivamente, afirmando, ainda, que o PAA auxilia na renda através do incentivo à produção e que sem o PAA, não seria possível produzir.

Tabela 02 – Percentual das respostas dos agricultores a pergunta que trata sobre a influência do PAA na permanência dele no campo.

Resposta	Barreira	Capistrano	Mulungu
Sim	61,0%	11,1%	27,3%
Sim. Pela venda	0	0	9,1%
Sim. Ajuda o produtor	0	0	9,1%
Sim. Incentiva a produzir	0	33,3%	18,2%
Sim. Fonte de emprego e renda	0	0	9,1%
Sim. Porque complementa a renda	5,5%	0	0
Sim. Alimentar as pessoas mais carentes	0	11,1%	0
Sim. Não sai para trabalhar em outro lugar	0	11,1%	9,1%
Sim. Incentiva a produção e auxilia na renda	5,5%	0	0
Sim. Fonte de renda. Produzir com incentivo	5,5%	0	0
Sim. É importante porque mantem o homem no campo	0	0	18,2%
Sim. Já sabe o destino do produto e é um recurso garantido	0	11,1%	0
Sim. Sem esse programa era difícil eu produzir e me manter	5,5%	0	0
Sim. Melhora a renda e ajuda na permanência em sua residência	0	11,1%	0
Sim. Produzindo e trabalhando na certeza de ter onde deixar o produto	0	11,1%	0
Não respondeu	16,6%	0	0
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas

Em Capistrano todos os entrevistados afirmaram que o PAA contribui com a permanência dos agricultores no campo (Tabela 2). 66,6% destes, revelaram que o PAA auxilia na renda através do incentivo à produção, de forma semelhante ao município de Barreira. Outras respostas observadas dentro deste percentual, mostraram que além do incentivo à produção, os agricultores trabalham com a certeza da comercialização e de que o recurso é garantido, não havendo medo de prejuízos e, conseqüentemente, a necessidade de busca de oportunidades em outros lugares. Além destes 66,6% entrevistados, outros 33,3% afirmaram apenas que o PAA incentiva a produção.

A exemplo de Barreira, Mulungu também teve o maior percentual de entrevistados que responderam de maneira afirmativa sem acrescentar nenhum detalhe ou observação, totalizando 27,3% dos entrevistados dessa comunidade. Outros 36,42% entrevistados, além de afirmar, acrescentaram que o PAA incentiva a produção e que este programa é importante para a manutenção do homem no campo. Outras quatro respostas foram observadas, cada uma com 9,1%. Nestas, além dos entrevistados afirmarem “sim”, complementaram respondendo que o PAA é importante pela renda e ajuda ao produtor que não mais precisa buscar emprego em outros territórios.

Dados semelhantes foram constatados por Hespanhol (2013) que, ao avaliar os limites e potencialidades do PAA no município de Dracena-SP, constatou que do total, 95% dos entrevistados avaliaram o programa como muito bom, já que o PAA tem representado a garantia de comercialização de parcela da produção. Em complemento, o mesmo autor observou que (60%) dos produtores informaram que desde o início do programa no município em 2006, já ampliaram a área cultivada e diversificaram a sua produção, com o cultivo de novos produtos destinados ao PAA.

Em resumo, com os dados coletados é possível afirmar que, excluindo os agricultores que não quiseram responder essa questão, 100% declara que o PAA é um programa que incentiva a permanência do agricultor no domicílio rural, além de acrescentar vários outros motivos.

Outra pergunta foi com a relação ao controle na qualidade do produto (Tabela 03). Como na questão anterior, no município de Barreira alguns entrevistados (44,6%) abdicaram de responder. Todos os demais disseram que havia, sim, algum controle de qualidade nos produtos por parte do agente público (Tabela 03). Dos produtores entrevistados em Barreira, 16,7% afirmaram apenas existir controle de qualidade. O mesmo percentual afirmou a existência desse controle e acrescentou que é “feito na entrega” dos produtos na central de abastecimento. Em complemento, mesmo percentual respondeu “sim” e acrescentou que é exigido “produto sem agrotóxico”.

Apesar do incentivo à produção sem agrotóxicos, observa-se que no município de Barreira apenas 16,7% dos agricultores afirmaram não utilizar tais produtos (Tabela 03). Becker e Anjos (2010), em pesquisa realizada no sul do Brasil constataram que 60,0% dos agricultores utilizavam o sistema orgânico/ecológico de produção. Este fato chamou a atenção dos autores, sendo possível o encontro de evidências de que o programa serviu, entre outros aspectos, para impulsionar decisivamente a produção ecológica. Esta impulsão constatada na pesquisa dos referidos autores divergem dos dados obtidos na presente pesquisa, podendo-se concluir que muitos agricultores ainda não adquiriram essa consciência ambiental.

Apenas 5,5% dos entrevistados de Barreira afirmaram que havia controle de qualidade e informou também que essa inspeção é feita desde o início do processo até a entrega do produto na central de abastecimento do município, onde é feita uma última análise por parte do poder público (Tabela 03). Em Capistrano a maioria dos entrevistados (33,3%) respondeu “sim”, apenas. O percentual de quem reconheceu haver controle e acresceu que “o produto não pode estar estragado” foi de 22,3%. Outros produtores citaram “limpeza e lavagem”, “etiqueta,

transporte em isopor”, “é exigido produto de qualidade” e “exigência na limpeza e cuidado”, cada grupo desses representou 11,1% do total de entrevistados nesse município.

Tabela 03 – Percentual dos agricultores que responderam sobre a existência de exigências relacionadas ao controle de qualidade dos produtos.

Resposta	Barreira	Capistrano	Mulungu
Sim	16,7%	33,3%	18,2%
Sim. Feito na entrega	16,7%	0	18,2%
Sim. Limpeza e lavagem	0	11,1%	0
Sim. Produto sem agrotóxico	16,7%	0	0
Sim. Do processamento à entrega	5,5%	0	0
Sim. Etiqueta, transporte em isopor	0	11,1%	0
Sim. Os produtos devem ser limpos	0	0	18,2%
Sim. É exigido produto de qualidade	0	11,1%	0
Sim. Exigência na limpeza e cuidado	0	11,1%	0
Sim. Fiscalização da qualidade e higiene	0	0	9,1%
Sim. Produtos com higiene e saudáveis	0	0	18,2%
Sim. O produto não pode estar estragado	0	22,3%	0
Sim. Os produtos devem ser higienizados	0	0	9,1%
Sim. Fiscalização a respeito da qualidade do produto	0	0	9,1%
Não respondeu	44,6%	0	0
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas

Apenas 5,5% dos entrevistados de Barreira afirmaram que havia controle de qualidade e informou também que essa inspeção é feita desde o início do processo até a entrega do produto na central de abastecimento do município, onde é feita uma última análise por parte do poder público (Tabela 03). Em Capistrano a maioria dos entrevistados (33,3%) respondeu “sim”, apenas. O percentual de quem reconheceu haver controle e acresceu que “o produto não pode estar estragado” foi de 22,3%. Outros produtores citaram “limpeza e lavagem”, “etiqueta, transporte em isopor”, “é exigido produto de qualidade” e “exigência na limpeza e cuidado”, cada grupo desses representou 11,1% do total de entrevistados nesse município.

No município de Mulungu todos os entrevistados afirmaram que havia algum tipo de controle de qualidade, sendo que 18,2% não quiseram dar mais detalhes (Tabela 03). Percentual idêntico acrescentou que essa aferição é “feita na entrega”, a exemplo de quem detalhou que são exigidos “produtos com higiene e saudáveis” e também quem afirmou que “os produtos

devem ser limpos”. Percentual menor (9,1%) foi dos grupos que respondeu que há “fiscalização da qualidade e higiene”, que “os produtos devem ser higienizados” e que “fiscalização a respeito da qualidade do produto”.

No que diz respeito as maiores dificuldades enfrentadas pelo programa, em Barreira, 50% dos entrevistados preferiram não responder nada, outros 16,7% disseram que o transporte do produto é uma das dificuldades (Tabela 04). 5,6% dos entrevistados afirmaram que entre as maiores dificuldades enfrentadas estão: a demora do programa, a falta de apoio municipal, a produção fora de época, a perecibilidade dos produtos, o emagrecimento do gado à espera do programa e a dificuldade de entregar os produtos na central de abastecimento (Tabela 04).

De forma geral, as respostas foram bem variadas. Algumas reclamações sobre a demora na execução do programa, dificuldade no transporte e entrega do seu produto na central de abastecimento, foram constatadas. Além destas reivindicações, foi solicitado um maior apoio por parte do governo municipal. O atraso na liberação dos recursos e consequente demora para execução do programa também foi apontado por Carvalho (2007).

Tabela 04 – Percentual dos agricultores que responderam sobre as dificuldades enfrentadas por eles no programa

Resposta	Barreira	Capistrano	Mulungu
Não	0	0	18,2%
Outros	0	0	27,3%
Exigências	0	0	9,1%
Transporte do produto	16,7%	0	0
Programa demora a sair	5,6%	0	0
Falta de apoio municipal	5,6%	0	0
Produção fora de época	5,6%	0	0
Declaração de Aptidão ao PRONAF	0	0	9,1%
Não tem nenhuma dificuldade	0	44,4%	0
Perecibilidade dos produtos	5,6%	0	0
Falta de água para irrigar a produção	0	11,1%	9,1%
Gado emagrece esperando o programa	5,6%	0	0
Períodos de seca que afetam a produção	0	0	18,2%
Dificuldade de entregar na central de abastecimento	5,6%	0	0
Descrença por parte dos agricultores com relação a seriedade do programa	0	33,3%	9,1%
Não responderam	50%	11,1%	0
Totais	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas

Em Capistrano, a maioria dos entrevistados (44,4%) declararam não ter nenhuma dificuldade na execução do programa. Em divergência a este fato, 33% dos entrevistados mostraram descrença em relação a seriedade do programa. Entre os problemas apontados, 11% dos agricultores afirmaram que a falta de água para irrigar os produtos dificulta a produção. O mesmo percentual optou por não responder a este questionamento.

Em Mulungu, 18,2% dos entrevistados simplesmente negaram haver qualquer dificuldade em executar o programa. Esse mesmo percentual afirmou que períodos de seca afetam a produção causando dificuldades no desempenho do programa. Outro grupo, representado 9,1% do total desse município, citou as “exigências” como uma das principais dificuldades. Mesmo percentual disse que a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) seria um dos fatores que levam o programa a apresentar alguma dificuldade na sua execução.

Descrença por parte dos agricultores com relação a seriedade do programa foi a resposta de outros 9,1%, mesmo número de quem lembrou da falta de água.

A questão seguinte relacionou-se as possíveis melhorias no programa, sob a ótica do agricultor. Em Barreira, 33,3% dos entrevistados não quis ou não soube responder, enquanto o mesmo percentual declarou que um abatedouro local ajudaria a melhorar o programa nesse município (Tabela 05).

Tabela 05 – Percentual dos agricultores que responderam sobre as possíveis melhorias que ajudaria na execução do programa

Resposta	Barreira	Capistrano	Mulungu
Abatedouro local	33,3%	0	0
Ajuda em gás e transporte	5,6%	0	0
Maior tempo de execução	5,6%	33,3%	0
Transporte e abatedouro local	5,6%	0	0
Facilitar o recebimento do recurso	0	0	9,1%
Investimento financeiro para produção	0	0	18,2%
Fornecimento adubo ou ajuda no transporte	5,6%	0	0
Assessoria técnica e divulgação da feira	0	0	9,1%
Maior interesse por parte dos agricultores	0	0	9,1%
Aumentar recursos e diminuir a burocracia	0	0	18,2%
Mais recursos para outras famílias entrarem	11,2%	0	9,1%
Aumentar a gama de produtos adquiridos pelo programa	0	33,3%	9,1%
Não responderam	33,3%	33,3%	18,2%
Totais	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas

Ajuda em gás e transporte também foi uma das respostas observadas, com 5,6%. Taxa idêntica para quem citou “maior tempo de execução”, “transporte e abatedouro local” e “fornecimento de adubo ou ajuda no transporte”. Em complemento, a resposta “mais recursos para outras famílias entrarem no programa” foi representada por 11,2% dos entrevistados de Barreira (tabela 05).

Em Capistrano as respostas foram menos difusas do que nos outros municípios. De todos os entrevistados nesse município, 33,3% não quiseram responder. O mesmo percentual foi

observado para quem solicitou “mais recursos para outras famílias entrarem” no programa e também para quem disse que um “maior tempo de execução” ajudaria no aperfeiçoamento do PAA (tabela 05).

Em Mulungu constatou-se que 18,2% dos entrevistados não quis responder a essa questão. Dentre as repostas colhidas, “investimento financeiro para a produção” e “aumentar recursos e diminuir a burocracia” foram as repostas mais frequentes, com 18,2% (tabela 05). As demais repostas verificadas entre os agricultores desse município foram “facilitar o recebimento do recurso”, “assessoria técnica e divulgação da feira”, “maior interesse por parte dos agricultores”, “mais recursos para outras famílias entrarem” e “aumentar a gama de produtos adquiridos pelo programa”, cada um com 9,1%.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi coletado, pode-se verificar que todos os municípios estudados aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Compra com doação simultânea, entre os anos de 2009 e 2014. Sem dúvidas foi uma decisão bastante acertada, principalmente levando em consideração a opinião dos beneficiários fornecedores.

Dentre as principais dificuldades do programa estão a falta/escassez de assistência técnica, a burocracia e os problemas logísticos e sanitários, que acabam, muitas vezes, inviabilizando a comercialização dos agricultores. Alguns também afirmaram que a falta de água para irrigar os produtos dificulta a produção.

Dentre os principais benefícios trazidos pelo PAA, destacam-se, principalmente o maior incentivo à produção agrícola familiar local que acaba elevando, conseqüentemente, a renda dos agricultores, fazendo com que estes permaneçam no campo. Somando-se a isso o fato de ficarem por mais tempo próximos da família e de seu lugar.

As mulheres estão cada vez mais ganhando espaço como fornecedoras no PAA no estado do Ceará, corroborando assim com o objetivo de igualdade social proposto pelo programa, através de uma resolução do seu comitê gestor. Desse modo, as mulheres vão aos poucos conquistando sua independência.

A pesquisa de campo foi de fundamental importância para perceber e entender a vulnerabilidade a qual os Agricultores Familiares devem enfrentar na lida diária. A preocupação e o cuidado em fornecer um produto de qualidade, pois o próprio filho poderá se alimentar dele, uma vez que essa produção vai servir a pessoas da própria comunidade.

Acredita-se que esse trabalho venha a contribuir para o embasamento de gestões ligadas ao programa no que diz respeito a tomada de decisão e análise dos dados coletados. É possível que um trabalho como esse também incentive aos próprios gestores realizarem suas pesquisas de satisfação visando sempre a melhoria de um programa como esse que já classificado pelos usuários como excelente.

O PAA incentiva a produção, gera renda ao agricultor e o mantém em seu domicílio, além de promover acesso à alimentação mais saudável pelas pessoas em situação de insegurança alimentar. Com base em tudo o que foi citado nesse trabalho é compreensível ouvir de vários entrevistados a seguinte opinião: “Sem dúvidas, o PAA é um dos melhores programas de governo para a Agricultura Familiar”.

7. REFERÊNCIAS

- AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco/FAO/Incrá/Epagri; 1998. 101 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546PORb.pdf>> Acesso em: 07 de janeiro de 2017
- AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em campina do monte alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, SP, v. 42, n. 2, 2012
- ALVES, E. A agricultura familiar. **Revista de Política Agrícola**, ano. 7, n.3, p.28-32, 1997
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 7-9, 2003
- BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. **Qualitative Research for Education**. Boston, Allyn and Bacon, inc., 1982
- BOTELHO, F.B. *et al.* Estudo do impacto do PAA sobre os arranjos econômicos nas regiões nordeste e sul do Brasil. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. **Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**, n.5, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de jul. de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências, Brasília,DF, jul 2003.
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 15 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 15 maio 2018

BRASIL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília-DF. 28 p. 2012. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa> > Acessado em 25 de janeiro de 2017

BRASIL. **Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955**. Institui a companhia da Merenda Escolar. Diário Oficial da União. Brasília, 2 abr. 1955. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 junho 2016

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 8 dez. 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 12 junho 2018

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT**. Brasília-DF. 251 p. 2006. Disponível em: < http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=45546192-e711-497a-8323-07244ee574ce&groupId=24915>. Acesso em 20 de janeiro de 2017

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. **Resolução nº 59, de 2013**. Estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 10 jul. 2013

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME–MDS. **Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/brasil_sem_miseria/resolucao-44-fomento.pdf>. Acesso em 12 de junho de 2018

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA. **Garantia Safra: safra 2015-2016**. Brasília-DF. 12 p. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1068/Garantia-Safra%202015-2016.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2017

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania Maciço do Baturité** – MDA/SDT/CONSAD Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010. 302 p. Disponível em:< http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio132.pdf > Acesso em: 08 de janeiro de 2017

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME–MDS. **Manual operativo. 2014.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2017

BRASIL. Portal Brasil. Brasil (Ed.). **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro: Dia da agricultura familiar.** 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 08 junho 2016

BRASIL. **Presidência da República.** Lei 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2017

BRASIL. **Presidência da República.** Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.html>. Acesso em: 09 jun. 2016

BUAINAIN, A. M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate.** Brasília, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 2006. 1º ed, v. 5, 135 p. Disponível em:< <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-5-Agricultura-familiar-agroecologica-e-desenvol-sustentavel.pdf>> Acesso em: 09 de janeiro de 2017

CARVALHO, I. S. H. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do cerrado:** um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília – Bsb. 165 p., 2007

CEARÁ. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL. Maciço de Baturité: **Plano de Desenvolvimento Regional - SDLR/PROURB/AMAB.** Maciço de Baturité, 2002-2003. 49 p. Disponível em: <http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/SDLR/desenv_regional/gerados/PDR_Macico_Baturite.pdf>.

CORREA, S. M. B. B. **Probabilidade e estatística.** 2ª ed., Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003, 116 p.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA). Brasília-DF, **IPEA**, 29 p. 2005. Disponível em: <

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4746. Acesso em 04 de fevereiro de 2017

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.

ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). **RESR**, v. 52, Supl. 1, p. 205-222, 2015

FAO (Itália) (Org.). **O que é agricultura familiar?** 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>>. Acesso em: 15 junho 2016

FAULIN, E. J. AZEVEDO, P. F. Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações. **Informações Econômicas**, v. 33, n. 11, 2003

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001. FAO (Itália) (Org.). **O que é agricultura familiar?** 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>>. Acesso em: 15 junho 2016

FERREIRA, V. S. Artes e manhas da entrevista compreensiva. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 979-992, sep. 2014. ISSN 1984-0470. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/88581>>. Acesso em: 15 de maio de 2017

FIGUEIREDO, A. M. C; FIGUEIREDO, M. F. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórico. São Paulo: **IDESP**, 1986

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002

FUSCALDI, K. C. **Programa de Aquisição de Alimentos: uma política de apoio à comercialização agrícola**. In: XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010, Campo Grande - MS. XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 23 p. 2012.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Juazeiro da Bahia, 2009. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2017

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, n. 13 p. 137-170, 2010

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; AZZONI, C. R. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **RER**, v. 44, n. 3, p. 355-382, 2006

HESPANHOL, R. A. M. Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Soc. & Nat.**, v. 25 n. 3, p. 469-483, 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário-1996**. Disponível em: < www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 de março de 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>> . Acesso em 12 de março de 2017

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil das regiões de planejamento: Maciço de Baturité-2016**. 26 p. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/2016/Perfil_Regional_Macico_Baturite2016.pdf>. Acesso em 16 de março de 2017

JOBERT, B.; MULLER, P. L'Etat en action. Paris: PUF, 1987

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Ita- buna: Via Litterarum, 2010. 88p.

LAMARCHE, HUGUES, (coord.). Agricultura familiar: 1. Uma realidade multiforme. Campinas, Unicamp, 1993

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada . Tendências da avaliação no âmbito das políticas públicas - desafios e perspectivas. In: Ana Cristina Brito Arcoverde. (Org.). Avaliação de políticas, programas e projetos sociais: modelos, metodologias e experiências de avaliação. 1ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011, p. 53-61, 2011

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

MARTINS, S. P.; CAVALCANTI, L. I. Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 1, n. 1, 2007

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001

MATTEI, L. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 1, n. 1, 2007

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sérgio (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3, p. 59-100

MENDRAS, H. La fin des paysans, 2. ed. Paris, Actes Sud, 1984. Rambaud, Placide. “L’apport des travailleurs de la terra à la société industrielle”. **Sociologia Ruralis**, 22, 2:108-121, 1982

MOTTA, M. e ZARTH, P. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018

PRODONOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmicos**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais. São Paulo, **Expressão Popular**, 1.^a edição, p.17-36, 2009. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POSGRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989. 334 p.

REIS, I. A.; REIS, E. A. Associação entre variáveis qualitativas. **UFMG**, 30 p., 2001

RÜCKERT, A. A. Usos do território e políticas territoriais contemporâneas: alguns cenários no Brasil, União europeia e Mercosul. Ponta Grossa-PR, **Revista de Geopolítica**, v. 1, n. 1, p. 17-32, 2010. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/1/3>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017

SABINO, Maria Jordana Costa. **A vulnerabilidade da agricultura familiar nos municípios do Ceará: o caso do Maciço de Baturité**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10107/1/2013_dis_mjcsabino.pdf> Acesso em: 07 de janeiro de 2017

SACHETO, Raquel. Agropolos: sustentabilidade para agricultura familiar. **Inovação Uniemp**, Campinas, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://inovacao.scielo.br/pdf/inov/v2n1/a12v2n1.pdf> > Acesso em: 07 de janeiro de 2017

SANGUIN, A. L. La géographie politique. Paris. **Les Presses universitaires de France**, 1re édition, 165 p. 1977. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/sanguin_andre_louis/livres/geographie_politique/geographie_politique.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2017

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 10, v. 2, n. 18, 2º semestre de 2008. P. 24-42. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. A agricultura familiar no Brasil. Desarrollo con Cohesión Territorial, Setembro. 2013. 93 p. Disponível em: <http://rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf> Acesso em: 09 de janeiro de 2017

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965

SEQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo, **Outras expressões**, 3º ed, 97 p., 2013

SILVA, P. S; FILHO, E. T. D; MARACAJÁ, V. P. B. B; MARACAJÁ, P. B; PEREIRA, T. F. C. Agricultura familiar: um estudo sobre a juventude rural no município de Serra do Mel-RN. **Revista Verde**, Mossoró, v.1, n.1, p. 54-66, 2006. Disponível em: <http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/6/6> Acesso em: 07 de janeiro de 2017

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, p. 12-32, 2011

SILVA, I. P. Êxodo rural: Os processos migratórios nos territórios rurais no estado do Ceará. **Revista Diálogos Acadêmicos**, v. 4, n. 1, 2015.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003

TENÓRIO, Roberto. Agricultura: Do subsídio à política agrícola. **Ipea**, São Paulo, v. 68, n. 8, p.1-9, outubro. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 07 de janeiro de 2017

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas S.A, 1987

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42-61, 2004

ZIKMUND, W. G. Business research methods. 5 ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Agentes Público

Caro (a) Senhor (a), você está sendo convidado (a) por Renato Farias de Paiva, orientando da profa. Dra. Aiala Vieira Amorim, a participar como voluntário de uma pesquisa intitulada **“AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO MACIÇO DE BATURITÉ”**. Você não deve participar contra sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos. O objetivo deste estudo é avaliar as políticas de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar no território do Maciço de Baturité. Você será solicitado a responder um formulário, administrado por dois pesquisadores, contendo perguntas relacionadas às políticas de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar no território do Maciço de Baturité. A partir da sua colaboração poderemos conhecer como funciona e quais as contribuições dessas políticas no território até os dias de hoje. Essa pesquisa apresentará riscos relativos à exposição de informações e/ou constrangimentos durante os questionamentos. Os pesquisadores se comprometem em minimizar tais riscos respeitando as orientações éticas da resolução 466/12. Ressalta-se que a sua participação não vai acarretar em sua identificação, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que em nenhum momento sua identidade será divulgada. Se você se sentir constrangido terá liberdade de omitir suas informações. Ressalta-se ainda que caso esta pesquisa traga qualquer risco ou prejuízo a sua saúde e bem-estar não previsto, as atividades serão imediatamente interrompidas. Damos-lhe a garantia de que as informações dadas, serão usadas apenas para a realização do nosso trabalho e divulgação do mesmo, também, asseguramos que a qualquer momento você terá acesso às informações sobre os procedimentos e benefícios relacionados ao estudo, inclusive para resolver dúvidas que possam ocorrer. Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e não participar do estudo, sem que isto lhe traga nenhuma penalidade ou prejuízo. Também informamos que você não vai receber nenhum valor pela pesquisa, mas também não terá nenhum custo. Você receberá uma cópia deste termo e em caso de dúvidas contate a responsável pela pesquisa no telefone abaixo: Nome: Aiala Vieira Amorim Instituição: Universidade da Integração Internacional da

Lusofonia Afro-brasileira Avenida da Abolição, 3 Centro. Redenção. CEP: 62.790-000. Telefone para contato (Trabalho): (85) 3332-1414 ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa, também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Endereço: Rua José Franco de Oliveira, s/n, CEP: 62.790-970, Redenção – Ceará – Brasil. Telefone: (85) 33326190. O abaixo assinado _____, _____anos, RG: _____ declara que é de livre e espontânea vontade que está participando como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre seu conteúdo, como também sobre a pesquisa 2 e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste termo.

Assinatura do participante (rubricar as demais folhas)

Nome e Assinatura do (s) responsável (eis) pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Agricultor

Caro (a) Senhor (a), você está sendo convidado (a) por Renato Farias de Paiva, orientando da profa. Dra. Aiala Vieira Amorim, a participar como voluntário de uma pesquisa intitulada **“AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO MACIÇO DE BATURITÉ”**. Você não deve participar contra sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos. O objetivo deste estudo é avaliar as políticas de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar no território do Maciço de Baturité. Você será solicitado a responder um formulário, administrado por dois pesquisadores, contendo perguntas relacionadas a atuação dos agricultores nas políticas de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar no território do Maciço de Baturité. A partir da sua colaboração poderemos conhecer quais as contribuições dessas políticas para os agricultores do território do Maciço de Baturité. Essa pesquisa apresentará riscos relativos à exposição de informações e/ou constrangimentos durante os questionamentos. Os pesquisadores se comprometem em minimizar tais riscos respeitando as orientações éticas da resolução 466/12. Ressalta-se que a sua participação não vai acarretar em sua identificação, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que em nenhum momento sua identidade será divulgada. Se você se sentir constrangido terá liberdade de omitir suas informações. Ressalta-se ainda que caso esta pesquisa traga qualquer risco ou prejuízo a sua saúde e bem-estar não previsto, as atividades serão imediatamente interrompidas. Damos-lhe a garantia de que as informações dadas, serão usadas apenas para a realização do nosso trabalho e divulgação do mesmo, também, asseguramos que a qualquer momento você terá acesso às informações sobre os procedimentos e benefícios relacionados ao estudo, inclusive para resolver dúvidas que possam ocorrer. Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e não participar do estudo, sem que isto lhe traga nenhuma penalidade ou prejuízo. Também informamos que você não vai receber nenhum valor pela pesquisa, mas também não terá nenhum custo. Você receberá uma cópia deste termo e em caso de dúvidas contate a responsável pela pesquisa no telefone abaixo: Nome: Aiala Vieira Amorim

Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira Avenida da Abolição, 3 Centro. Redenção. CEP: 62.790-000. Telefone para contato (Trabalho): (85) 3332-1414 ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa, também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Endereço: Sala 303, 3º Andar, Bloco D, Campus das Auroras – Rua José Franco de Oliveira, s/n, CEP: 62.790-970, Redenção – Ceará – Brasil. Telefone: (85) 33326190 O abaixo assinado _____, _____ anos, RG: _____ declara que é de livre e espontânea vontade que está participando como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre seu conteúdo, como também sobre a pesquisa 2 e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste termo.

Assinatura ou impressão datiloscópica do (a) voluntário Impressão datiloscópica
(a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas

Nome e Assinatura do (s) responsável (eis) pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

ANEXO 3

Questionário para o agente político

QUESTIONÁRIO No _____

IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistador: _____

Local: _____ Data: _____

Função do entrevistado no programa: _____

QUESTÕES GERAIS

1. Quando o programa foi aderido pelo município?
2. O programa está conseguindo atingir os objetivos previstos? O que falta no município para atingir todos os seus objetivos?
3. Na sua opinião, qual o impacto do PAA no enfrentamento do êxodo rural?
4. Existem famílias que aderiram ao programa, mas não foram contempladas? Se existirem, poderia apontar os principais motivos?
5. Quais produtos poderiam ser produzidos e comercializados na região, mas que em sua opinião poderiam? Porque não são produzidos então?
6. Existe algum produto da Agricultura Familiar que não pode ser adquirido pelo programa?
7. Qual a maior dificuldade enfrentada no programa?
8. Que melhorias podem ser realizadas para que o programa funcione de forma mais eficaz no município?
9. Qual a diferença prática entre convênio e termo de adesão?
10. Você tem acesso a algum sistema para gerenciamento do PAA no município?
11. Qual o principal motivo para os municípios passarem de Execução Estadual (convênio) em 2013 para Execução Estadual (termo de adesão) em 2014?

ANEXO 4

Questionário para o Agricultor Familiar

QUESTIONÁRIO No _____

IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistador: _____

Local: _____ Data: _____

Função do entrevistado no programa: _____

QUESTÕES GERAIS

1. Você conhece a proposta do programa de aquisição de alimentos PAA? Como conheceu?
2. Você sabe quais objetivos desse programa?
3. Quais produtos você disponibiliza ou fornece para esse programa?
4. O PAA é o único meio de geração de renda para sua família? Se não, qual o percentual recebido pelo programa sobre o total de sua renda mensal?
5. Na sua opinião, programas como o PAA contribuem para a permanência do Agricultor Familiar em seu domicílio Rural? Qual a principal razão?
6. Você sabe informar se tem alguma exigência (como: controle de qualidade e limpeza) para os alimentos que vocês fornecem pelo PAA? Tipo
7. Você tem conhecimento de qual entidade é beneficiada com seus produtos?
8. Você recebe algum tipo de assessoria para a produção dos alimentos? De quem? Tem alguma relação com o programa?